



**Universidade Estadual do Ceará  
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas  
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade**

**Roberto da Silva Júnior**

**PRÁTICAS E CONFLITOS GRUPAIS NO BAIRRO  
JARDIM BANDEIRANTE.**

**Fortaleza  
2009**

**Roberto da Silva Júnior**

# **PRÁTICAS E CONFLITOS GRUPAIS NO BAIRRO JARDIM BANDEIRANTE.**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará.

**Orientador:** Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas

**Fortaleza  
2009**

S586p      SILVA JÚNIOR, Roberto da  
Práticas e conflitos grupais no bairro Jardim  
Bandeirante. Fortaleza – 2009.  
105p.  
Orientador: Geovani Jacó de Freitas  
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas  
e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará,  
Centro de Estudos Sociais Aplicados.

1. Bairro. 2. Interação Social. 3. Conflitos Grupais. I.  
Freitas, Geovani Jacó de, orientador. II.  
Universidade Estadual do Ceará. Centro de  
Estudos Sociais Aplicados. III. Título.

CDD: 320.6

**Universidade Estadual do Ceará  
Roberto da Silva Júnior**

**Título do Trabalho: PRÁTICAS E CONFLITOS GRUPAIS NO BAIRRO  
JARDIM BANDEIRANTE.**

**QUALIFICAÇÃO em: 02 / 09 /2009      Conceito obtido: Satisfatório**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº. Dr. Geovani Jacó de Freitas (Orientador)  
Universidade Estadual do Ceará**

---

**Profa. Dra. Maria Neyara de Oliveira Araújo  
Universidade Federal do Ceará**

---

**Prof. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida  
Universidade Estadual do Ceará**

Dedico este trabalho à minha companheira, Quézia, e aos meus filhos Robert Gabriel e Victória Carolina, pelo apoio, compreensão e paciência durante esse longo tempo, enquanto me mantive distante, concentrado em minhas atividades, vivendo o pequeno mundo deste trabalho.

## **Agradecimentos**

A Deus.

Aos meus pais por tudo o que já passamos juntos e pela confiança em mim.

Ao meu orientador e Prof<sup>o</sup> Geovani Jacó de Freitas, Gil, que me possibilitou autonomia no fazer científico, mostrando caminhos ao invés de meras soluções.

Aos moradores do Bairro Jardim Bandeirante que nos atenderam prontamente para a realização das entrevistas. Sem eles, este trabalho não teria sido possível.

Aos professores Alexandre Barbalho e Liduína Farias pelas contribuições teóricas nas Disciplinas: ***Políticas Culturais e Movimentos Sociais e Identidade e Diferença***, respectivamente.

Aos meus companheiros de trabalho, que tiveram a compreensão necessária e me liberaram, nos momentos difíceis em que tive que me ausentar para produzir este trabalho.

Enfim, a todos os que de uma forma ou de outra colaboraram para que eu chegasse até aqui.

À **Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP)** pelo incentivo à realização de pesquisas voltadas para contribuir com o aperfeiçoamento das políticas públicas.

“A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação. Esta ação recíproca se produz sempre por determinados instintos (*Trieben*) ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais; fins de defesa ou de ataque, de jogo ou de ganho, de ajuda ou de instrução, estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles”.

Georg Simmel

## RESUMO

SILVA JÚNIOR, Roberto Da. **PRÁTICAS E CONFLITOS GRUPAIS NO BAIRRO JARDIM BANDEIRANTE**. 2004.105p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) UECE.

Esta pesquisa tem por objeto de estudo as práticas e os conflitos grupais no Bairro Jardim Bandeirante, no município de Maracanaú, região Metropolitana de Fortaleza-CE. Os objetivos perseguidos foram os seguintes: investigar os conflitos decorrentes do processo de interação social entre os grupos sociais e políticos das três figurações espaciais do bairro e suas implicações nos tipos de atuação política local; analisar as representações e as percepções dos moradores sobre a cultura política no bairro. Especificamente, objetivamos analisar a relação entre o sentimento de pertencimento dos moradores à comunidade com as formas de atuação política local. A questão central que perseguimos nesta pesquisa: como se processam a interação social e os conflitos grupais no bairro supracitado, e quais as conseqüências nos tipos de atividades políticas desenvolvidas na comunidade? A escolha deste objeto deveu-se, sobretudo, à insuficiência de análises da cultura política e dos movimentos de bairros por meio de estudos dos conflitos e das interações sociais. O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, fazemos uma reflexão acerca dos elementos teóricos e conceituais que consubstanciam esta pesquisa; no segundo capítulo, fazemos uma descrição densa do bairro investigado; por último, no terceiro capítulo, analisamos os dados da pesquisa de campo.

**Palavras-chave:** bairro; interação social; conflitos grupais e cultura política.



## ABSTRACT

SILVA JÚNIOR, Roberto Da. **PRACTICES AND GRUPAL CONFLICTS IN THE NEIGHBORHOOD JARDIM BANDEIRANTE**. 2009. 105p. Graduation Thesis (Academic Master in Polices and Society) - UECE.

This research aimed to study the practices and conflicts in group in the Neighborhood Jardim Bandeirante in Maracanaú, Great Fortaleza. The objectives pursued were: to investigate the conflicts arising from the process of social interaction among groups of three figurations of the neighborhood and its implications in the types of local political action, consider the representations and perceptions of political actors on the political culture in neighborhood. Specifically, we aimed to analyze the relationship between the feeling of belonging of the residents to the community with local forms of political activity. The central question we pursue in this research: how to handle the social interaction and conflict between groups of three areas of the district concerned, and what the consequences in the kinds of political activities undertaken in the community? The choice of this object was due, mainly, the lack of analysis of political culture and the movement of neighborhoods through studies of conflict and social interactions. This work is divided into three chapters. In the first, we thought about the theoretical and conceptual elements that constitute this research, the second chapter, we investigated a dense description of the neighborhood, finally, the third chapter; we analyze data from field research.

**Keywords:** neighborhood; social interaction; conflicts in group and political culture.

## **SUMÁRIO**

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES, 10**

**INTRODUÇÃO, 11**

**1. ELEMENTOS TEÓRICOS E CONCEITOS, 18**

1.1. O BAIRRO COMO PRODUTO DA INTERAÇÃO SOCIAL, 22.

1.2. CONFLITOS GRUPAIS NO BAIRRO, 32

1.3. CULTURA POLÍTICA DO BAIRRO, 36

1.3.1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BAIRRO, 40

**2. O BAIRRO JARDIM BANDEIRANTE COMO OBJETO DE ESTUDO, 49**

**3. AS MULTIPLAS DIMENSÕES POLÍTICO-CULTURAIS DA COMUNIDADE  
JARDIM BANDEIRANTE, 72**

3.1. INTERAÇÃO, CONFLITO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS  
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, 75

3.2. A FIGURA DO LÍDER PARA MEDIAR OS CONFLITOS NOS PROCESSOS  
DE INTERAÇÃO COMUNITÁRIA, 81

3.3. A INTERAÇÃO ENTRE AS ÁREAS DO BAIRRO – MOVIMENTOS  
SEPARATISTAS?, 88

**CONSIDERAÇÕES FINAIS, 99**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 102**

**APÊNDICE, 105**

A – Instrumentos de pesquisa (roteiro de entrevista)

B – Relação das ruas do Bairro investigado.

## **RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

**ADL** - Áreas de Desenvolvimento Local

**CAGECE** – Companhia de Água e Esgoto do Ceará

**CCDS** – Conselho Comunitário de Defesa Social

**CDS** - Conselho de Desenvolvimento Social

**CEASA** – Central de Abastecimento do Ceará S.A.

**CEB** - Comunidades Eclesiais de Base

**COELCE** – Companhia Elétrica do Ceará

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

**IPECE** - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

**IPLANCE** - Instituto de Planejamento do Estado do Estado do Ceará

**NEPE/GPDU** - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano.

**PIB** - Produto Interno Bruto

**SEDEMA** – Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú

**SESA** - Secretaria de Saúde do município de Maracanaú

## INTRODUÇÃO

Não há espaço vazio, nem de matéria nem de significado; nem há espaço imutável. Nada é mais dinâmico do que o espaço por que ele vai sendo construído e destruído, permanentemente, seja pelo homem, seja pelas forças da natureza (LIMA, 1989).

Estudar um espaço social tão minúsculo e restrito como um bairro em tempos de globalização e internacionalização dos mercados pode soar no mínimo como um objetivo supérfluo e saturado de questões e respostas. No entanto, é preciso cautela, pois, mesmo na atual conjuntura, os espaços comunitários inquietam pesquisadores e suscitam questões pertinentes, demandando, sobretudo, análises acadêmicas que não desprezem os aspectos simbólicos que configuram esses espaços.

A globalização e a mundialização dos mercados têm contribuído para a difusão do entendimento de que o planeta Terra é um espaço homogêneo no qual todas as pessoas e grupos buscam os mesmos objetivos, os mesmos padrões culturais e, portanto, possuem as mesmas formas de atuação política. A noção de “Aldeia Global” talvez seja a que mais tenha tomado relevo neste processo, sobretudo por meio da modernização dos meios de comunicação que juntos têm corroborado para a compreensão de que as pessoas não estão mais preocupadas em resolver concretamente seus dilemas e problemas nos espaços comunitários.

Por outro lado, por meio de uma reflexão mais consciente, verificamos que nos espaços comunitários onde os conflitos grupais se acirram e onde são reproduzidas identidades e diferenças, com efeito, concretizam-se diferentes formas de atuação política. Assim, efetivamente, os espaços comunitários suscitam uma série de questões dentro do campo sociológico, antropológico, econômico, uma vez que a noção de comunidade adquire novos significados, apesar do longo processo de globalização ter trazido à tona o entendimento da homogeneização dos povos e das culturas.

Os espaços locais como bairro, comunidade, vizinhança não estão isolados de influências externas, pois existe uma relação dessas esferas sociais com os processos mais gerais e globais da sociedade, uma vez que:

a comunidade não é realidade autônoma que possa se traduzir em elementos distintos da própria sociedade na qual se situa. A sociedade, no entanto, se expressa em situações sociais diversas, algumas das quais assumem características específicas. A comunidade é uma dessas situações. Nesse sentido, a compreensão da sua realidade supõe a compreensão da realidade social global. Por sua vez, também as suas particularidades próprias atuam essa realidade (SOUZA, 2004, p. 63).

Os indivíduos que habitam os bairros são produtos e produtores de cultura. Nesta perspectiva, focar o bairro como um objeto de estudo significa conceber cada morador como produtor de símbolos responsáveis pela produção e reprodução do que faz sentido para cada um deles. Isto significa entender que existem conflitos grupais no interior de qualquer bairro, visto que existem pensamentos, desejos, interesses e signos diferentes e em constante mudança.

Moradores antigos e recém chegados no bairro estão permanentemente vivenciando situações interacionais que, de fato, produzem e reproduzem sentidos e significados a respeito de sua existência e dos espaços que estão atuando. Conforme o entendimento de Berger (1985, p.35), “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”. O bairro, a comunidade, a localidade, categorias sociológicas ou termos usuais do senso comum continuam ainda sendo o referencial real e simbólico das pessoas, independentemente de sua classe social ou de sua trajetória de vida. Em outros termos, o bairro possui sentido e significado, diferentemente interpretados por cada grupo e indivíduo no bairro.

Considerar o bairro como um espaço homogêneo, isto é, “uno”, significa representá-lo como um espaço onde as pessoas que neles habitam não reproduzem cultura. Refletindo sobre esta questão, Certeau (1994) considera que toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não o é necessariamente ou, não é forçosamente reconhecida como tal, pois, “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para

aquele que as realiza” (CERTEAU, 1994, p. 142). Este significado (significante) e o sentido dado a ele é sempre em relação a outrem. As condutas e ações dos moradores do bairro são sempre intencionais, isto é, possuem um destino, o outro morador. No entanto, para se compreender as configurações (grupais e espaciais) e as produções simbólicas e as formas de atuação política no bairro, não basta que conheçamos apenas essas condutas e ações intencionais, é fundamental também conhecermos e compreendermos as relações de poder e os conflitos entre seus grupos e moradores.

O bairro é anulado e suas características heterogêneas são mascaradas quando ele é compreendido como um lugar estático cujos moradores perpetuam apenas um tipo de comportamento cultural e político. O bairro é, de fato, um dos espaços sociais onde o bairro, quando concebido por um olhar homogeneizador, acaba colocando uma penumbra cobrindo os aspectos simbólicos e conflitivos que existem nos processos interacionais locais.

Seguindo esta reflexão, Costa (1997) entende também que:

o estudo de esferas públicas locais no caso brasileiro constitui tarefa tão promissora quanto ingrata. A inexistência de uma tradição de estudos nessa área dificulta as analogias, as inferências e a avaliação das possibilidades de generalização dos resultados obtidos nos estudos de caso, impondo, ainda, a necessidade de elaboração de um marco analítico-conceitual a partir de referências teóricas constituídas em outros contextos e cuja possibilidade de transposição à situação brasileira necessita ser avaliada em todas as suas fases (COSTA, 1997, p.02).

Muitas pesquisas acadêmicas que investigam questões pertinentes aos bairros têm privilegiado temas referentes à situação de pobreza, ausência de recursos materiais, precariedade de serviços, falta de saneamento básico, uma série de *déficits*, isto é, predomina o enfoque economicista (HENRIQUES e BARROS, 2000; BARROS, MACHADO e MENDONÇA, 1997; FILHO e GUZZO, 2009). Algumas dessas pesquisas têm se esquivado de adentrar no mundo simbólico, nas percepções das pessoas, em outros termos, têm se esquivado de compreender como esses moradores interagem e como esses moradores estão olhando o seu bairro; como vêem a si e os outros que lhe cercam; ou seja, quais são as percepções, as representações e os conflitos que esses moradores constroem e

reproduzem entre si e, quais são as suas implicações diretas e indiretas na produção de práticas e conflitos intergrupais e, por conseguinte, na cultura política local.

Nosso interesse por esta pesquisa tem sua gênese em nossa vivência como pesquisador em alguns bairros de Fortaleza. Nossa experiência como pesquisador, ainda na graduação de Ciências Sociais (1997-2002), no antigo grupo de pesquisa **Banco de dados: conhecendo os bairros de Fortaleza**, na Universidade Estadual do Ceará, hoje, **NEPE/GPDU**, possibilitou-nos um contato bem próximo com o cotidiano dos moradores de bairros de Fortaleza, fazendo-nos compreender melhor o complexo processo de construção social da realidade local, mas também provocando inquietações e dúvidas sobre os conflitos intracomunitários, participação política e modos de interação comunitária.

O objetivo primordial naquele grupo de pesquisa era constatar e comparar indicadores sociais da Prefeitura de Fortaleza, outras instituições públicas e de pesquisa com os relatos dos próprios moradores locais. Essa vivência foi significativa para a nossa formação como pesquisador, pois nos fez perceber que, apesar dos efeitos do processo de globalização e da mundialização dos mercados, é ainda no bairro, na vizinhança onde realmente as pessoas se relacionam, organizam-se e interagem entre si dando sentido às suas vidas e enfrentando as vicissitudes e os problemas do bairro. As pesquisas realizadas rua a rua apontaram para uma disparidade entre os dados oficiais da Prefeitura e os dados reais coletados *in lócus*.

Ademais, a investigação etnográfica que realizamos no Bairro Jardim Bandeirante (SILVA JR, 2002), foi essencial para a realização do presente estudo, agora, com um novo olhar – o olhar psicossocial e no campo da cultura política; uma vez que esta pesquisa provocou diversos questionamentos: como os indivíduos e os grupos comunitários estão interagindo uns com os outros? Quais são os tipos configuracionais que resultam desse processo interacional? E quais as implicações destas interações e configurações nos modos de atuação política no bairro? Em

outros termos, como os moradores estão lidando com os conflitos e as diferenças inter e intragrúpis?

Dessa forma, o presente trabalho se apresenta como um estudo da cultura política local, com base em observações diretas no bairro Jardim Bandeirante em Maracanaú-CE, bem como entrevistas com moradores, “líderes”, membros de associações de moradores das três áreas que em parte formam as configurações desse bairro. Nesse sentido, a presente investigação analisou a interação e práticas sociais, assim como os conflitos entre os membros de associação de moradores nas três áreas que configuram o Jardim Bandeirante; analisamos os tipos de interação e as formas de atuação política resultantes desse processo interacional. O objetivo implícito desse trabalho foi de construir, também, a história política do Bairro, bem como as atividades baseadas na autonomia das decisões locais, com o propósito de resolver seus próprios problemas, coletivamente ou individualmente; investigamos como os moradores do Bairro Jardim Bandeirante estão compartilhando os espaços e grupos do bairro e quais são as implicações dessa interação nos tipos de atividades políticas locais. Em outras palavras, quais são os movimentos político-culturais desenvolvidos no bairro a partir dessas configurações e interações grupais?

O propósito principal foi o de fazer uma descrição das configurações do bairro investigado sem abrir mão dos conceitos de vida cotidiana, interação social, conflito, cultura política e participação política na esfera comunitária. Estes conceitos foram fundamentais para reconstruir a idéia atual sobre o bairro. Consideramos fundamentais para este trabalho, entre outros, os autores, Norbert Elias, Georg Simmel, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Peter Berger, Thomas Luckmann e Evelina Dagnino, por se tratarem de teóricos que ajudaram a construir os significados sociológicos e antropológicos da vida cotidiana e dos conflitos interacionais no bairro.

Evitamos partir de uma visão pré-determinada da realidade, ou seja, buscamos explorar os diversos aspectos dessa realidade do bairro, no sentido de elucidar falsas concepções e permitindo uma análise mais consciente das formas de socialização primária e secundária dos membros de um grupo social, assim como das



práticas sociais e políticas. Nesta perspectiva, a pesquisa privilegiou uma abordagem qualitativa. Ou seja, valorizando as falas, discursos, modos de interação e cooperação de alguns moradores do Bairro investigado.

Concebemos esta pesquisa numa dimensão dialógica entre pesquisador e pesquisados. Em outras palavras, rejeitamos os aportes metodológicos do positivismo – cujas diretrizes calcam-se na objetividade exacerbada. Como ressalta Lane (1985, p.15), “o positivismo, ao enfrentar a contradição entre objetividade e subjetividade, perdeu o ser humano, produto e produtor da história”. Nessa perspectiva sócio-histórica e dialética, privilegamos os discursos, as formas de interação social e as práticas políticas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Pois, somente assim, foi possível compreender como os moradores constroem seu bairro e re-constroem suas configurações a partir de categorias culturais, psicossociais e políticas.

Como instrumentos de coleta de dados, optamos por observações diretas no bairro e entrevistas semi-estruturadas com “lideranças” e moradores de cada um dos três espaços comunitários: “Jardim Bandeirante”, espaço onde estão os moradores que se estabeleceram pioneiramente, “A favela” (a parte de baixo) e “Os sem-terra” (Menino Jesus de Praga). Os moradores escolhidos foram líderes de associação de moradores, candidato a vereador do bairro, moradores de grupos religiosos, líderes de escola e moradores que não participam de nenhuma associação de morador. As observações diretas nos espaços construídos de socialização: reuniões em associações, escolas e igrejas - foram muito importantes para o entendimento das formas de interações sociais e seus desdobramentos nas práticas políticas no bairro.

#### **Lista de Associações e grupos pesquisados:**

- Associações de Moradores de Jardim Bandeirante;
- Associação de Moradores Complexo Educacional Nossa Senhora de Nazaré;
- Associações de Moradores Criança e Cidadania;
- Associação de Moradores de Menino Jesus de Praga;
- Conselho Comunitário de Defesa Social;

- Escola de Ensino Fundamental e Infantil Evandro Ayres de Moura;
- Projeto Vida Júlio Emílio;
- Unidade Básica de Saúde de Jardim Bandeirante
- Grupo da Felicidade

Os dados obtidos foram tratados a partir do seguinte objetivo: compreender como se articula as formas de interações sociais e os conflitos grupais com os tipos de atividade política dos moradores nas três esferas do bairro, buscando traçar um mapeamento comparativo e crítico das configurações espaciais e das práticas políticas locais; compreender como os moradores compartilham suas experiências cotidianas e como fazem a passagem dessa rotina cotidiana de empatia e simpatia para a construção de políticas públicas que resultem no bem comum dos indivíduos e grupos no bairro.

Para melhor sistematização e compreensão dos dados da pesquisa, estruturamos o presente trabalho em três capítulos. No primeiro, analisamos alguns conceitos teóricos pertinentes aos objetivos desta investigação; no segundo capítulo, descrevemos minuciosamente o bairro em estudo, objetivando contextualizá-lo melhor ao leitor; No terceiro e último capítulo, analisamos as observações diretas e as entrevistas realizadas em campo, em outras palavras, as formas de interação social, os conflitos sociais e as suas correlações com os tipos de atuação política no bairro.

A questão central dessa pesquisa foi compreender como se articula as formas de interações sociais e os conflitos grupais com os tipos de atuação política dos moradores nas três esferas do bairro. Tendo perseguido, nesta pesquisa, este objetivo, acreditamos ter construído uma reflexão mais sistemática a respeito da cultura política do Bairro Jardim Bandeirante. Além do mais, podemos também pensar que os conflitos, diferenças e identidades intracomunitárias são relevantes para se pensar a cultura política local. Nesse sentido, acreditamos que os resultados da pesquisa ora apresentados poderão contribuir discussões que visam a uma melhor compreensão do que são políticas públicas no espaço local no município de Maracanaú, numa visão menos homogeneizante e estigmatizadora.

## **CAPÍTULO 1: ELEMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS**

As pesquisas sobre bairro no Brasil têm demonstrado que ele é um espaço complexo, apresentando uma diversidade de configurações, tanto no que se refere à composição espacial quanto no que se refere às formas de sociabilidade e interações sociais que vigoram em seu interior.

Do ponto de vista formal, o bairro é apenas um sub-setor no qual o governo municipal aloca e investe recursos para ele, sem, no entanto, haver uma atenção mais cuidadosa de suas figurações e subdivisões que são permanentemente moldadas e re-construídas pelos grupos e indivíduos locais.

Mesmo hodiernamente, onde as fronteiras espaciais e ambientais praticamente sumiram com o aperfeiçoamento tecnológico, o bairro ainda é a esfera social onde os indivíduos tomam como referência e dão sentido à sua vida e onde os grupos interagem para resolverem conflitos de convivência e vizinhança. Quando estamos no bairro, grande parte do que fazemos baseia-se no reconhecimento de que estamos em uma situação de convivência mútua; seja com o meu vizinho que não fala comigo; seja com as pessoas que estão aguardando a vez em uma “lan-house”; seja com o líder comunitário que é meu inimigo. Em todas estas situações, é o bairro que tomo como referência de meus contatos e onde me relaciono com grande parte das pessoas que estão ao meu alcance.

O bairro é uma esfera social constituída de complexas teias relacionais nas quais os moradores interagem cotidianamente buscando dar sentido à sua existência e melhorar sua qualidade de vida. A busca consciente ou inconsciente deste sentido não é em si mesma, ou seja, ela tanto possui uma dimensão relacional quanto intencional. É dentro desse contexto relacional, tenso, conflitivo, processual e histórico que os moradores no bairro constroem o sentido de suas vidas e o tecido social comunitário.

De acordo com a teoria da ação weberiana, os homens orientam suas ações pelas dos demais, estabelecendo uma relação significativa nas suas formas

de agir, que apresentam motivos e efeitos (WEBER, 1991). Estas relações recíprocas são mediadas por meio de diversos processos biopsicossociais e culturais pelos quais os indivíduos re-constroem os espaços locais, lidam com seus conflitos psíquicos, sociais e culturais, e, concomitantemente engendram configurações espaciais nas quais os grupos e indivíduos atuam politicamente.

As interações sociais geram redes de regras de convivência que se modificam permanentemente, algumas dessas são mais lentas outras são mais rápidas. São estas teias de convivência e interação social que estruturam as configurações do bairro. Os movimentos de interação social resultam em diferentes configurações espaciais nas quais os grupos atuando politicamente, portanto, configurando a cultura política local.

Na construção processual dessas configurações, os indivíduos estão entrelaçados em acordos, desacordos e conflitos cujas características dizem respeito à cultura política local, uma vez que estas configurações acontecem mediadas por relações de poder.

Seguindo este diapasão, ao estudarmos o bairro sem compreender este caráter dinâmico e suas configurações formadas pelos grupos e indivíduos, acabam gerando representações de que o bairro é uma esfera social com características homogêneas.

Dessa forma, ao entendermos o bairro como um espaço de produção simbólica e de construção social da realidade, é preciso refletir inicialmente sobre o conceito de interação social. A idéia de interação social repousa sobre uma distinção entre ação e comportamento. Enquanto este último inclui tudo que o indivíduo faz, aquele outro é um comportamento intencional baseado na idéia de como outras pessoas o vêem e o interpretam. A interação social é fenômeno processual e dinâmico no qual são elaboradas idéias e interpretações, representações, percepções sobre o que é esperado sobre mim e os outros. Os efeitos interacionais no bairro concretizam os valores, crenças e atitudes por meio de ações sociais e políticas. Estas idéias orientam nossas ações, que obviamente

são ações políticas. Os indivíduos produzem e reproduzem comportamentos políticos que são conseqüências destas interações e conflitos comunitários.

A cultura política no bairro está relacionada com os tipos de conflitos grupais e individuais resultantes de relações inter-grupais, ou seja, de como os moradores lidam com estes conflitos, como interagem com seus pares, e quais são as interpretações, representações e percepções do bairro e de seus múltiplos espaços. Neste sentido, o bairro, espaço social, referência simbólica e material dos indivíduos, é o lugar central de encontros e desencontros e das práticas políticas, em outras palavras, é o referencial de construção da cultura política. O bairro, por configurar-se neste formato de uma teia relacional e simbólica, é imprescindível que não o abordemos por meio de conceitos de representações e pré-conceitos engessados.

No mais das vezes, muitos estudiosos e agentes políticos (Presidente, Governadores e Prefeitos) convergem suas representações acerca de um bairro, sobretudo, bairros pobres, num ponto central: os sujeitos das comunidades são indivíduos incapazes de participarem ativamente das decisões políticas. Estes entendimentos negam o caráter simbólico, processual e dinâmicos das relações comunitárias. Por vezes, políticas públicas elaboradas no bojo dessas representações fomentam ações que reconhecem um perfil homogêneo do bairro, em outros termos não reconhecem as diferenças simbólicas e configuracionais locais.

Seguindo esta ótica, algumas pesquisas acadêmicas concluem, precipitadamente, que a pobreza coloca obstáculos grandes à ação política e autônoma dos grupos de bairros de periferia, uma vez que os compreendem como sendo um organismo, em outros termos, conceito sobre "o" bairro. Zaluar (1994) demonstra que os grupos sociais, sobretudo os populares, são empreendidos em relação a eles inúmeros estratégias de dominação. Conforme o entendimento dessa autora:

Nossos outros, os 'pobres', parecem ter sido vítimas da nossa pressa de marcar posições e nos distinguirmos, como elite, com as marcas já purificadas do que rejeitamos como menor, inferior, inculto, tradicional e atrasado. Será, então, que podemos classificar tais sujeitos como desregrados, apáticos, e sem consciência do mundo? Ou seja, incapazes de se autogerirem como sujeitos ativos e co-participantes de decisões políticas, apenas porque têm dificuldades de se adaptarem ao modelo capitalista vigente?(ZALUAR, 1994, p.35).

Nesta direção, os indivíduos de comunidades pobres “são tachados de ‘vadios’, ‘favelados’, ‘marginais’, ‘subempregados’, ‘população de baixa renda’ e ‘morador de periferia’” Sarti (1996, p.22), quase como pessoas sem alma e inertes, extraídos do convívio social. Eles são investigados a partir de abordagens calcadas em modelos economicistas. Entendemos que para compreendermos seus comportamentos, ações e a cultura política local, é fundamental rompermos com essa postura discriminatória frente aos moradores de bairros pobres.

É essencial reconhecermos que as vivências comunitárias se dão por meio de interações sociais e conflitos que resultam em modelos diversos de política local, pois os moradores de comunidades pobres também conhecem a respeito de seu bairro, assim como de suas diferenças e conflitos, seja consciente ou inconscientemente.

É no município, no bairro, na vizinhança que se conhecem a doença, as demandas por escola, os problemas de transporte e dos adolescentes, e onde o cidadão comum pode intervir com ou sem mediação de grandes estruturas políticas (SANTOS; ARAGÃO; DRUMOND, 2002, p.100).

Para rompermos com uma visão estigmatizante que anula as diferenças intracomunitárias, é fundamental analisarmos os elementos simbólicos e materiais intra-comunitários essenciais para o entendimento da cultura política do bairro, em outras palavras: as formas de cooperação dos indivíduos e instituições (formais ou informais); as atividades desenvolvidas pelos grupos e indivíduos que compõem a localidade; o significado (sentido coletivo) e o sentido (significado pessoal) dessas atividades, assim como o sentimento de pertencimento ao território co-habitado. Com relação aos elementos inter-comunitários, destacam-se não somente as representações sociais, mas também as formas de interlocução em os vários setores que compõem os vários territórios adjacentes que dão sentido e significado à

organização daqueles grupos redundando em ações comunitárias que priorizem o bem comum.

Devido às múltiplas dimensões que o bairro apresenta, é indispensável que o analisemos pormenorizadamente por meio dos desdobramentos dos processos interacionais, compreendendo, assim, os desdobramentos simbólicos e materiais do cotidiano do bairro, assim como os contatos e relacionamentos entre os grupos comunitários.

É no bairro que compreendemos o que fazemos em termos do significado que atribuímos ao nosso comportamento e ao nosso semelhante. Weber (1991) propôs que não podemos compreender o que as pessoas fazem sem ter alguma idéia de como elas, de forma subjetiva, interpretam seu próprio comportamento. Nesta perspectiva, compreendermos o papel da interação social e dos conflitos grupais na construção da realidade social e da cultura política do bairro alarga nosso entendimento sobre como os indivíduos e os grupos estão atuando na consecução das políticas públicas locais.

Por fim, é indispensável uma reflexão conceitual sobre os conflitos intracomunitários, já que, por meio deles, poderemos sistematizar e compreender, por exemplo, os momentos de encontros e desencontros entre os moradores de um bairro, principalmente, junto aos micro-conflitos existentes, em parte, existentes na rotina do (a) morador (a) das diversas esferas do bairro.

### **1.1. O BAIRRO COMO PRODUTO DA INTERAÇÃO SOCIAL**

O bairro é o espaço social no qual os indivíduos constroem um referencial simbólico. É neste espaço que os moradores estão sempre re-tomando, re-construindo suas trajetórias de vida que, de fato, não são construídas sozinhas, mas com outros indivíduos por meio de teias interacionais que re-constroem permanentemente as configurações espaciais locais.

De acordo com a demonstração de Souza (2004, p. 15),

A substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam, tomando como referência a infra-estrutura física e social da área que, por sua vez, tem suas determinações nas estruturas fundamentais da sociedade. A comunidade é, portanto, forma particular de expressão da própria *sociedade*. Como tal, compreendê-la supõe compreender a sociedade global e mais os elementos de suas particularidades.

As teias relacionais no bairro consubstanciam-se por meio de laços, acordos e desacordos mediados por sentimentos ambivalentes de amor e ódio entre os grupos e indivíduos. É o movimento interacional entre os indivíduos no bairro que dá vida a novas configurações no bairro. Neste sentido, o bairro é um espaço dinâmico no qual os indivíduos interagem dia após dia dando sentido à sua permanência em diversas configurações do bairro ou mesmo a um grupo investindo junto a estes mecanismos de pertencimento a este grupo ou repúdio.

Ainda sob este enfoque, é oportuno destacar algumas questões pontuadas por Elias e Scotson (2000). Estes autores demonstram que o conceito de configuração se refere a um padrão mutável criado na relação entre indivíduos em sociedade. Tentando buscar o significado da articulação entre interação social e configuração, entre os grupos locais, esses autores consideram que as configurações em um espaço social se formam essencialmente pela interdependência dos indivíduos em sociedade e podem ser marcadas por uma figuração de aliados ou de adversários. As diferenças nas atitudes, tal como as diferenças de percepções e apreciação do bairro estão na origem das divisões e configurações do bairro que são produto de correlações.

Para Elias,

o entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências são o que os ligam uns aos outros. Elas são o núcleo do que é aqui designado como figuração, como figuração dos homens dependentes uns em relação aos outros. Como os homens são – inicialmente por natureza, e então mediante o aprendizado social, mediante educação, mediante a socialização, mediante as necessidades despertadas socialmente – mais ou menos mutuamente dependentes entre si, então eles, se é que se pode falar assim, só existem enquanto pluralidades, apenas em figurações. Esta é a razão pela qual, como já foi dito, não é muito proveitoso se compreender como imagem dos homens a imagem dos homens singulares. É mais adequado quando se representa como imagem dos homens uma imagem de vários homens interdependentes que formam figurações entre si, portanto grupos ou sociedades de tipo variado. A partir



desse fundamento desaparece a discrepância das imagens tradicionais de homens. [...] a sociedade é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos (ELIAS, 1994. pp.62-63).

De acordo com entendimento desse autor, para se analisar as interações sociais é preciso considerar as configurações formadas em uma comunidade, isto é, analisar a natureza de suas interdependências grupais. No entanto, compreender estas configurações significa adentrar nas relações de poder, em outros termos, conhecer as tensões que são inerentes a estes espaços compartilhados. Exemplificando, adentrar nas relações de poder é entender que “afixar o ‘rótulo de valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23).

Investigar as relações de poder em um bairro é essencial compreendê-las como um sistema de interação entre grupos e indivíduos interdependentes que se estruturam de forma processual. É esse processo de interação comunitária que permite uma flexibilidade das teias simbólicas e o surgimento de novas figurações e tipos de ocupações no bairro, e, portanto, de novos bairros. Estas figurações não estão isoladas, mas interconectadas.

As redes de interação comunitária, para Elias e Scotson (idem), supõem, pois, um conjunto de atores sociais interconectados, sejam de forma passiva ou ativa, esteja próximo ou distante, mas que de alguma forma estão prontos para se relacionarem afetiva e politicamente. Estas relações podem ser conflituosas, pois envolvem grupos e indivíduos que disputam formas de apropriar-se do poder e de se reconhecer como grupos hegemônicos. Nesta perspectiva, estas relações são conflitivas e mutantes, configurando permanentemente novos valores, crenças, hábitos, representações, percepções, em outras palavras, estas redes de interação são processuais e simbólicas.

Para Elias (1994), não seria correto buscar um entendimento destas relações sociais baseadas apenas em ações humanas intencionais, uma vez que estas relações se dão com o envolvimento de várias pessoas que não atuam sozinhas. Assim, as figurações ou configurações locais não são produto de vontades

individuais; da mesma forma, produtos sociais destas interações sociais no âmbito local é consequência dos desejos e disputas dos grupos locais que engendraram entre si redes de relacionamento, regras e normas de conduta, validadas e aceitas pelos indivíduos que os compõem.

A idéia central do argumento acima, então, introduziria contradições e conflitos na construção dessas redes de relacionamento, redefinindo a figuração dos grupos do bairro, à proporção que eles encontrar-se-iam nos contatos mistos ou não. Seria, portanto, pelos encontros entre eles ou pelas conversas com outros membros que as figurações e estigmas iriam construindo os “retalhos” do tecido social do bairro. Estes encontros não precisam ser necessariamente presenciais em situações de urgência. A realidade cotidiana do bairro se configura por meio de diversos dispositivos interacionais que os contatos primários, secundários ou mistos acontecem mesmo à distância um dos outros membros das esferas locais.

Fazendo referência às vivências cotidianas, Berger e Luckmann argumentam que

a realidade da vida cotidiana está organizada em torno do ‘aqui’ de meu corpo e do ‘agora’ do meu presente. Este ‘aqui e agora’ é o foco de minha atenção à realidade da vida cotidiana. [...], porém, realidade da vida cotidiana não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes ‘aqui agora’. Isto quer dizer que o experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente (BERGER e LUCKMANN, 1985, p.39).

Ainda sob esta reflexão, Berger e Luckmann (1985) demonstram que nas experiências da vida diária, formam-se zonas de agrupamento onde os indivíduos estão mais próximos e outras zonas de agrupamento onde os indivíduos estão mais distantes uns dos outros. A zona que está mais ao meu alcance é obviamente mais acessível a mim para interagir, ao passo que as zonas mais distantes me sinto menos implicado em atuar diretamente. Mas mesmo com a distância corporal vivenciada dentro de um bairro, os contatos acontecem voluntariamente ou eventualmente, consolidando de alguma forma a concretização de interações dentro dele. Para estes autores, no entanto, a subjetividade do outro me é mais acessível quando a relação é mais “próxima”.

Conforme o entendimento de Berger e Luckmann (idem, p.49), “apreendo o outro por meio de esquemas tipificadores mesmo na situação face a face, embora estes esquemas sejam mais ‘vulneráveis’ à interferência dele do que em formas ‘mais remotas’ de interação”. Na compreensão desses autores,

não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. Sei que minha atitude natural com relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que eles também compreendem as objetivações graças às quais este mundo é ordenado, que eles também organizam este mundo em torno do ‘aqui e agora’ de seu estar nele e têm projetos de trabalho nele (BERGER e LUCKMANN, 1985, p.40).

A vida cotidiana, enfim, configurar-se-ia, na ótica de Berger e Luckmann (idem), por meio de estruturas espaciais e temporais. As vivências compartilhadas pelos moradores no bairro seriam concomitantemente implicadas mais diretamente pela dimensão temporal.

O tempo que encontro na realidade diária é contínuo e finito. Toda minha existência neste mundo é continuamente ordenada pelo tempo dela, está de fato envolvida por esse tempo. Minha própria vida é um episódio na corrente do tempo externamente convencional. O tempo já existia antes de meu nascimento e continuará a existir depois que eu morrer (BERGER e LUCKMANN, idem, p.45).

De fato, como se percebe nessa análise teórica, o bairro exerce papel preponderante na manutenção do vínculo, na produção e reprodução das figurações e das relações de poder. É o espaço por excelência de produção simbólica em suas várias vertentes e de transmissão entre os moradores locais. Ele permite que seus moradores possam interagir, criem hábitos e re-produzam modelos de práticas políticas convergentes ou divergentes, re-construindo modelos e tipificações locais.

Segundo estes autores, todas estas tipificações afetam continuamente minha interação com o outro, em outras palavras as tipificações recíprocas afetam diretamente os modos de enxergar os grupos e indivíduos nas vivências cotidianas. Apropriando-se desse conceito de tipificações, os moradores de espaços comunitários, encaram a vida no bairro e seus grupos a partir de encontros e desencontros que podem ser presenciais ou não, o que é pertinente é que, na visão desses autores, “apreendo o outro como um tipo, e interagindo com ele numa situação que é por si mesma típica”.

A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como 'lidamos' com eles nos encontros face a face. Assim, apreendo o outro como 'homem', 'europeu', 'comprador', 'tipo jovial', etc. (BERGER e LUCKMANN, idem, p. 49)

O bairro quando é pensado sob uma ótica economicista e homogeneizante, e também como um espaço meramente dormitório, nega-se este caráter simbólico demonstrado até aqui, assim como, negam-se, concomitantemente, os conflitos internos no bairro e suas diversas configurações permanentes ou provisórias.

É preciso que se deixem de lado as pretensões de universalização da idéia de bairro homogêneo. A construção ideológica de que o bairro é uma coisa concreta "una", imutável, em outros termos, que não pode adquirir outros contornos, busca bloquear a criatividade e as transformações sociais nos espaços comunitários, tendo conseqüências graves para o desenvolvimento local.

Mesmo que para o senso comum, a representação de bairro seja sempre compreensível, suas variações internas exigem especificações; ou seja, é essencial, quando nos referimos às políticas públicas construídas nos micro-espacos, indagarmos: de que bairro nós estamos falando? Quais são suas configurações? O que eles pensam de si e dos grupos que fazem parte? Quais são os conflitos vivenciados por eles? E, em decorrência disto, quais são as práticas políticas, isto é, como se configura a cultura política do bairro?

Em um estudo da cultura política de um bairro, não podemos jamais negligenciar as visões de mundo, as representações e as percepções dos grupos envolvidos com as ações desenvolvidas em políticas públicas, visto que são estas "visões" que se concretizam em formas de grupos e atividades políticas locais.

Argumentando sobre este ponto, Anadon e Machado (2001, p.14) postulam que:

[...] a construção social de um saber ordinário (de senso comum) elaborado por e dentro das interações sociais, através de valores, crenças, estereótipos etc, partilhada por um grupo social no que concerne a

diferentes objetos (pessoas, acontecimentos, categorias, objetos do mundo etc.), dando lugar a uma visão comum das coisas.

Esses mecanismos relacionais no cotidiano de um bairro propiciam a existência dos tipos configuracionais de um bairro, constituindo-se em elementos que orientam as condutas e comportamentos dos indivíduos seu dia-a-dia, assim como a regularidade de conflitos comunitários.

As múltiplas formas interacionais dentro de um mesmo bairro podem configurar vários bairros dentro de um só. Conforme o entendimento de (SOUZA, 2004, p.67-68):

Numa área geográfica, local de moradia, há certos níveis de identidade entre grupos e subgrupos que cobrem ou servem de identidade, de interesses e preocupações para diferentes classes. Esses elementos de identidade, no entanto, nem sempre tocam interesses fundamentais. Nesse sentido, a partir dessa concepção operacional se tem de ir adiante para identificar o nível de interesses fundamentais que caracterizam tal porção de território no qual pode haver mais de uma comunidade.

Ainda sobre este ponto de reflexão, o cotidiano relacional dos indivíduos se dá por meio de vários mecanismos simbólicos que geram vários sentimentos como o de repulsa, ódio, estranhamento. Em outras palavras, são construídas representações do outro que podem separar ou aproximar as relações destes indivíduos. Não é necessariamente uma relação dialógica de escuta passiva e de acordo. Conforme demonstra Goffman (1988, p. 12):

As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com 'outras pessoas' previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua 'identidade social' – para usar um termo melhor do que 'status social', já que nele se incluem atributos como 'honestidade', da mesma forma que atributos estruturais, como 'ocupação'.

A aproximação dos grupos permite gerar sentimentos também estigmatizantes entre seus membros. Esses contatos que podem ser harmoniosos ou conflituosos contribuem para a concretização de tipologias figuracionais locais,

em outras palavras, construindo no imaginário do morador zonas espaciais locais que definem até onde ele pode ir ou não. Goffman (idem, ibidem) demonstra que:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída.

O modo como estes moradores se relacionam não se coaduna com modelos passivos, uma vez que estes encontros são trocas simbólicas. Os indivíduos representados ou grupos estigmatizados dão sentido a estas estigmatizações e podem reproduzir condutas que podem ou não confirmar aquelas estigmatizações.

O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma 'pessoa normal', um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima. (GOFFMAN, idem, p.16).

Por outro lado, estes indivíduos podem não se reconhecer como inferior ou "anormal".

Em vez de se retrair, o indivíduo estigmatizado pode tentar aproximar-se de contatos mistos com agressividade, mas isso pode provocar nos outros uma série de respostas desagradáveis. Pode-se acrescentar que a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de uma para a outra, tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interação *face-to-face* pode tornar-se muito violenta. (GOFFMAN, idem, p.27).

São por meio destes contatos ou mesmo de boatos e representações ouvidas no bairro que se concretizam tipos configuracionais, além de desenvolverem tipos específicos de ações e atividades políticas no bairro, re-fazendo modelos de culturais políticas.

Para Simmel (1983), a construção destas configurações se dá por meio de diversas formas de convivência, de unificação e de ação recíproca entre os indivíduos em um bairro.

Por sociedade não entendo apenas o conjunto complexo de indivíduos e dos grupos unidos numa mesma unidade política. Vejo uma sociedade em toda parte onde os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira (SIMMEL, 1983, p. 48).

A partir da análise desses contatos grupais ou entre os indivíduos constatamos que o bairro é o espaço onde os indivíduos mantêm uma relação recíproca. Simmel (1983) analisa este processo interacional refletido até aqui por meio do conceito de sociação, porquanto, para este autor:

[...] A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. E é na base desses interesses - tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados casualmente ou induzidos teleologicamente - que os indivíduos constituem tais unidades (SIMMEL, 1983, p. 60).

Para Simmel (idem), a sociação faz parte de um movimento que não é necessariamente planejado e linear. De acordo com esse autor, a sociação se dá por meio de um processo permanente de re-construção das formas de interação social, isto é, das trocas recíprocas mantidas entre os sujeitos que estão continuamente entrando em contato.

Nesta perspectiva interacionista, outro estudioso, Max Weber (1992) demonstra a presença de forças e trocas recíprocas a partir da idéia de relação social. Seguindo a demonstração deste autor, a relação social é um:

comportamento de vários - referido reciprocamente conforme o seu conteúdo significativo e orientando-se por essa reciprocidade. A relação social consiste, pois, plena e exclusivamente, na probabilidade de que se agirá socialmente numa forma indicável (com sentido), sendo indiferente, por ora, aquilo em que a probabilidade repousa (WEBER, 1992, 419).

Os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível. O que não significa que eles sejam conscientemente perseguidos como tais, mesmo no caso dos grupos que, como o 'capital social' e obter assim o pleno benefício do efeito multiplicador implicado pela concentração e assegurar os lucros proporcionados pelo pertencimento – lucros

materiais como todas as espécies de ‘serviços’ assegurados por relações úteis, e lucros, e lucros simbólicos tais como aqueles que estão associados à participação num grupo raro e prestigioso (BOURDIEU, 2007).

Norberto Bobbio enuncia que, atualmente,

sujeitos politicamente relevantes tornaram-se sempre mais os grupos, grandes organizações associações da mais diversa natureza, sindicatos das mais diversas profissões, partidos das mais diversas ideologias, e sempre menos os indivíduos. Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática, na qual não existe mais um soberano, o povo ou a nação, composto por indivíduos que adquiriram o direito de participar direta ou indiretamente do governo, na qual não existe mais o povo como unidade ideal (ou mística), mas apenas o povo dividido de fato em grupos contrapostos e concorrentes, com a sua relativa autonomia diante do governo central [autonomia que os indivíduos singulares perderam ou só tiveram num modelo ideal de governo democrático sempre desmentido pelos fatos] (BOBBIO, 2000, p.35).

A segmentação espacial no bairro é percebida pelos próprios moradores que, no mais das vezes, desenvolvem práticas comunitárias que visam tornar hegemônicas suas posições no Bairro. Os primeiros grupos a se fixarem no local se identificam como os “donos” do bairro em detrimento dos que chegam depois. Além do mais, os que chegam depois – não conseguem se estabelecer em uma área que permita o desenvolvimento humano plenamente. Bairros cujo processo de ocupação se deu aleatoriamente e sem “organização” favorecem para que os grupos que se estabeleceram primeiro construam uma identidade de superioridade em relação aos que chegaram depois, exacerbando sentimentos de repulsa e estigma entre os grupos.

A evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo outsider tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de ‘medo da poluição’. Como os outsiders são tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma ‘infecção anômica’: esses podem ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo outsider (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 26).

As conseqüências políticas dessa evitação do contato entre os grupos para a comunidade e para seu desenvolvimento cooperativo vão de um isolamento dos grupos até ao desinteresse extremo pela solidariedade entre os grupos para



resolver os problemas do bairro. As múltiplas segregações impossibilitam, às vezes, o diálogo comunitário corroborando para a re-produção de antipatias e repulsas entre os grupos locais.

## 1.2. CONFLITOS GRUPAIS NO BAIRRO

O processo relacional entre os indivíduos e grupos comunitários resulta em condutas e comportamentos políticos mediados por conflitos de interesses, representações, percepções e ações que reproduzem a cultura política local. Os conflitos intragrupais e intergrupais dão a textura do tecido das relações comunitárias. Em uma perspectiva maniqueísta, o conflito no bairro pode soar como algo ruim e desnecessário. Por outro lado, o conflito é concebido como a mola propulsora da criatividade e transformadora do bairro, alternando posições e modificando o *status quo* dos indivíduos e dos grupos.

Segundo Simmel (1983), não haverá a interação social se não houver conflito. É natural que no bairro existem conflitos entre os grupos e indivíduos. O conflito será a base para a configuração de um bairro, pois será por meio dele que os indivíduos vivenciam processos de sociação. Para este autor, o conflito deve ser entendido como algo essencial para os processos de transformação do bairro, porquanto, ele é o responsável pelas novas atitudes, condutas, comportamentos e práticas políticas, criadas pelos seus embates, no seu contato com as velhas formas e, assim como um meio interacional existente no bairro.

Simmel (idem) demonstra que o conflito é vivenciado junto às ações interativas e relacionais sociais, ou seja, em todas aquelas produzidas no seio de uma sociedade. Nesta perspectiva, em um bairro, os indivíduos e grupos estão interagindo face a face ou mesmo distantes, vivenciam situações de conflito permanentemente ou permanecem em estado de latência. Para este autor, “admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. [...] é uma forma de sociação” (Simmel, idem, p.122).

No bairro, os indivíduos compartilham situações de encontros e desencontros, em cada uma destes momentos é possível identificarmos conflitos

grupais. Nos momentos de encontros, muitas vezes para se resolver problemas e produzir resultados positivos para o bairro, o jogo de interesses gera tensões entre os grupos e indivíduos que podem resultar tipos de ações políticas que melhorem a qualidade de vida dos moradores. Esta dimensão do conflito pode ser apreendida de forma positiva, uma vez que relações antitéticas e convergentes permitem que vários indivíduos e grupos se reúnam em prol de uma solução de problemas. Em outras palavras, o conflito possui uma característica de permitir mudanças no bairro. Nesta perspectiva, o conflito possui uma dimensão transformadora, uma vez que pode gerar novas formas comunitárias. Os conflitos existentes em um bairro geram novos arranjos sociais, culturais e políticos, dando vida ao bairro, em outras palavras, engendra novas relações sociais e um entendimento melhor das relações entre os grupos, permitindo, algumas vezes, que cada um reconheça seu papel na comunidade.

Se por um lado, como vimos, o conflito possui uma dimensão criativa, por outro, ele é capaz de bloquear o diálogo entre grupos e individuais de uma localidade. Analisando esta última dimensão em um bairro, identificamos, repetidas vezes, situações no Jardim Bandeirante nas quais os moradores desenvolvem aversões a respeito de alguns grupos e indivíduos no bairro que acabam obstruindo relações de diálogo para resolver os problemas do bairro e/ou entre os grupos e figurações. Com relação a este tipo de conflito Simmel (*idem*, p. 128) afirma que “a organização interna da interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões, do tipo mais efêmero ao mais duradouro”.

Estas indiferenças e aversões não podem ser analisadas apenas por um lado negativo, visto que estes elementos conflituais vivenciados no bairro fazem parte de uma porção constante da dinâmica que se processa nas relações sociais locais. Estes elementos conflituais vivenciados no cotidiano de um bairro são elementos que nos permitem compreender melhor os comportamentos e condutas dos grupos e indivíduos, assim como os sentimentos de repulsa ou pertencimento a um grupo ou a outro, permitindo-nos ampliar nosso entendimento da cultura política local.

Sob esta ótica, os conflitos intra e intergrupais nos espaços locais fazem parte de um processo de unidade do próprio bairro. Se o processo de sociação no bairro se dá por meio de relações conflituosas, estas seriam, portanto, a fonte criativa da existência de novas configurações locais e até o surgimento de novos grupos, associações, “lideranças”, e até novos bairros e cidades.

Sob outro ponto de análise, existem no bairro alguns tipos específicos de conflitos que contribuem, muitas vezes, para o isolamento dos grupos e para o processo de nomeação e tipificações dos grupos dominantes. Entre as configurações destacam-se: *estabelecidos/recém-chegados*; *moradores da área menos perigosa/ mais perigosa*; *grupo social de condição inferior e outro de melhores condições econômicas*. Neste modelo configuracional, por exemplo, os agrupamentos humanos assumem uma posição dominante em relação a outros. Moradores de uma área da comunidade considerando-se social, política ou economicamente superiores– constroem tipificações e nomeações que contribuem para a inexistência de atividades que favoreçam o desenvolvimento comunitário, já que recusar-se ao estigma, ou aproximar-se dos vizinhos “impuros” com certeza sofreriam pressão das coerções sociais. O conflito encontra-se presente, ora aproximando, ora afastando grupos e indivíduos, tornando o encontro social uma experiência carregada de tensões.

Elias e Scotson (2000), em um de seus estudos, demonstraram que:

Os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mis tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior – inferior em termos de sua relação de forças – pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes (ELIAS e SCOTSON, idem, p.28).

Neste sentido, o bairro é o espaço do conflito e onde as pessoas se encontram cotidianamente dando sentido a estas tipificações, nomeações e atributos, podendo construir processos de repulsa, separação e segregação que demonstram o grau de criatividade e desenvolvimento local da comunidade. De acordo com Jodelet (1999), no que diz respeito à necessidade do pertencimento social: “o engajamento e a implicação emocional com relação ao grupo ao qual

pertencemos, conduzem a nele investir sua própria identidade”. A imagem que temos de nós próprios encontra-se assim ligada àquela que temos de nosso grupo, o que nos conduz a defendermos os valores dele. “A proteção do *nós* incitaria, portanto, a diferenciar e, em seguida, a excluir aqueles que não estão nele” (JODELET, *idem*, p.61).

Toda a associação humana manifesta forças contraditórias, encontrando-se imiscuída na luta entre a harmonia e a desarmonia. As tensões presentes em todas as esferas (individual, grupal, social), bem como entre as esferas, encontram-se no âmago do jogo social, propiciando a decadência de formas de interação já cristalizadas e a ascensão de novas formas. A identificação dos conflitos existentes (visíveis, latentes, ocultos) no bairro significa localizar quais são as posições sociais e os papéis assumidos pelos agentes no contínuo jogo do fazer comunitário.

O conflito, manifestando-se através de seus diferentes conteúdos e tornando possível a própria existência do bairro, encontra-se na base da reflexão acerca da cultura política e da participação política dentro do bairro, podendo ser observado no número de membros envolvidos com as atividades e ações políticas no bairro.

Concluindo este tópico, o conflito sob esse entendimento é promotor de figurações sociais e tipos de interações sociais, porquanto sua dimensão transformadora e criadora.

### **1.3. CULTURA POLÍTICA DO BAIRRO**

O estudo das interações e conflitos grupais intracomunitários se relaciona diretamente com o estudo da cultura política local, visto que os processos relacionais e conflitivos estão diretamente ligados com a maneira de agir e pensar do(s) grupo(s) no bairro.

Como demonstra Freire (1991, p.43),

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a

vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor [...] Faz cultura. E é ainda o jogo dessas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiando, alterando, criando, que não permite a imobilidade.

As diversas formas de atuação política no bairro surgem como produtos das formas de interação social e dos conflitos intracomunitários, em outras palavras, as atividades grupais estão relacionadas com as múltiplas figurações e relações sociais potencializadas pelos diversos tipos de embates, estabelecidos entre os jogos combinatórios que formam a sociação. Estas figurações resultam em ações e formas de atuação política local, em outros termos, representa a cultura política do bairro.

As mudanças no campo da política local têm influenciado o olhar sobre a sociedade civil e os movimentos sociais oriundos da atuação política dos novos grupos sociais nestes espaços. Os movimentos sociais e a atuação de diferentes grupos intracomunitários, de fato, têm provocado também o surgimento de uma nova cultura política local, que Oliveira (2003) denomina de novos valores, mudanças de práticas e comportamentos, onde os sujeitos sentem-se parte dos processos de tomada de decisões políticas. Esta nova concepção de política contribuiu também para o surgimento de

movimentos sociais, expressando uma pluralidade de interesses, e a crescente heterogeneidade e complexidade das sociedades latino americanas aprofundaram um desafio teórico-político fundamental para a esquerda: a questão da caracterização dos sujeitos políticos (DAGNINO, 2000, p.73).

Esta autora demonstra que esta nova forma de conceber a política é uma construção processual, em outras palavras é “uma articulação sempre submetida à reelaboração e renovação, concebida com base para uma ação política coletiva na direção da transformação social” (idem, p. 73).

Essa mudança na cultura política local, que não advém apenas de forças exógenas, mas de energias e sinergias intracomunitárias, corrobora para o surgimento de novas redes e articulações de movimentos sociais populares que buscam atender às demandas das diversas figurações e grupos políticos locais. Essas transformações forma apreendidas pelos indivíduos locais dando novos

sentidos às suas atividades políticas e fazendo surgir “novos” movimentos sociais que atendam a diversos setores locais, sejam eles homossexuais, negros, ou alcoolistas.

Para Dagnino (2004, p.154),

A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social, etc.). Um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis.

Neste sentido, dentro desse novo marco de referência da sociedade civil, foi facilitada uma abordagem das relações entre cultura e política. Esta visão positiva enfatizou a criatividade e a produção simbólica também dos espaços comunitários.

De acordo com os argumentos de Dagnino (idem, p.78),

quando o terreno da cultura é reconhecido como político e como lócus da constituição de diferentes sujeitos políticos, quando as transformações culturais são vistas como alvo da luta política e a luta cultural como instrumento para a mudança política, está em marcha uma nova definição da relação entre cultura e política.

Sob este referencial teórico, portanto, analisar as interações sociais no bairro significa adentrar no campo da cultura política do bairro, visto que as redes interacionais são moldadas por relações de poder. São estas lutas e conflitos existentes nas relações interacionais que traz à tona uma concepção de que existe uma inescusável relação entre cultura e política. Os grupos intracomunitários pactuam regras de convivência a partir de visões de mundo que buscam dar forma e sentido às suas práticas cotidianas. A cultura política do bairro é moldada, portanto, segundo regras de convivência que revelam o grau de criatividade das esferas locais para compartilharem e resolverem questões pertinentes às relações de poder e conflitos de interesses.

Corroborando para o entendimento acerca dessas regras de convivência, Bobbio (2000) assevera que

todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. [...] para que uma decisão tomada por indivíduos (um, pouco, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos (BOBBIO 2000, p.30-31).

A dinâmica interacional que é forjada por meio de dispositivos conflitantes e por meio de jogos de interesses permitem que surjam diversos movimentos políticos intra-comunitários que revelam os tipos de relações de poder e o grau de criatividade desses grupos para se tornarem hegemônicos nos espaços comunitários. O grau de criatividade verificado nos diversos tipos de atividade política no bairro demonstra que o que é mais importante para se ressaltar desses movimentos grupais não é quantidade desses movimentos, mas analisarmos de que forma estes grupos atuam, visto que esses movimentos,

às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos; na medida em que esses movimentos sociais afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não pode ser considerado político; finalmente, na medida em que as políticas culturais dos movimentos sociais realizam contestações culturais ou pressupõem diferenças culturais (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 26).

Para Dagnino (2000, p.81)

ênfatar as implicações culturais significa reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que eles identificam a ordem social existente como limitadora e excludente com relação a seus valores e interesses.

Entendemos que o estudo das interações sociais integra o campo da cultura e concomitantemente o terreno da política, visto que como demonstramos acima, as redes interacionais abarcam também relações de poder, além de exigirem desses atores sociais uma atuação efetiva, dando sentido às suas práticas. – sob esta ótica podemos afirmar que os múltiplos processos de interação, sociação, práticas e conflitos sociais representam a cultura política local, uma vez que ocorrem sob o prisma das relações e jogos de poder.

Analisando este ponto, Dagnino (idem, p. 85) assevera que

esse laço constitutivo significa que a cultura, entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas.

A propósito de Barbalho (2008), as novas formas de atuação política, de invenção do cotidiano e de diferenciação nos espaços urbanos se apresentam para contrariar as forças hegemônicas do capitalismo mundial integrado que pretendem homogeneizar as culturas, isto é, bloquear as descobertas e iniciativas individuais e grupais no espaço local, negligenciando, portanto, as novas possibilidades de arranjos configuracionais e novas formas de práticas políticas.

Manifestando preocupação com as imposições do mercado sobre as culturas locais, este autor assevera que podemos:

Qualificar de inovações, de descobertas, as criações mais simples, 'tanto mais que as mais fáceis nem sempre são as menos fecundas, nem as mais difíceis são as menos inúteis. Assim é preciso valorizar estas idéias imperceptíveis em seu nascimento, acidentais, anônimas, tênues, pois elas engrossam o caldo da criação que é a vida humana (BARBALHO, 2008, p.127).

As idéias de inovação e descobertas em espaços fecundos da sociedade civil que reconstrói a maneira de agir e pensar, sugeridas pelo autor, talvez seja uma explicação mais convincente para dar conta de tantos arranjos políticos dentro do bairro. As novas formas políticas inicialmente configuram-se como alcance restrito apenas no espaço local, mas como nos lembra ainda Barbalho (idem, p. 128), "não impede que surja uma grande corrente de afetação e que ganhe um alcance social cada vez mais amplo, talvez mesmo global". A idéia de dessacralizar também os espaços comunitários como espaços de criação permite a abertura para diversos grupos manifestarem seus desejos, projetos, formas de dar sentido ao mundo e melhorar sua qualidade de vida.

O bairro é um espaço social diferenciado onde os diversos grupos interagem, pactuam, vivenciam situações de conflito. A cultura política do bairro é resultado desses movimentos de identificação e também de diferenciação entre esses grupos. Tentar estabelecer para o bairro um caráter uníssono significar bloquear a fruição dos processos identificatórios no bairro e conseqüentemente, os



projetos políticos dos grupos locais. Nesta perspectiva, o tecido social e cultural do bairro é dinâmico e mesclado de jogos simbólicos e de poder. Conforme o entendimento de Barbalho (2008, p. 129),

no corpo social, em que a identidade e a diferença se alternam repetidas vezes, 'o termo inicial e o termo final são a diferença'. O que vale são as diferenças em si, em suas alteridades. As diferenças podem até ser integradas em uma identidade. Mas esta possível síntese não esgota jamais a força de diferenciação criadora interna a cada subjetividade.

Seguindo este diapasão, reconhecer as diferenças intracomunitárias como parte da cultura política local, bem como reconhecer como legítimas as formas criativas de atuação política, significa ampliar o entendimento de que a participação política dos cidadãos comunitários podem se dar por meio de diversos dispositivos que não necessariamente estejam ligados a formas institucionalizadas da Prefeitura ou mesmo ligados a projetos de "inclusão política cidadã".

Conforme o entendimento de Oliveira (2003), a sociedade civil brasileira tem sido extremamente inovadora no campo da proposição e atuação, uma vez que ela:

reconstruiu o sentido da participação política, ultrapassando o limite da intervenção através do voto; enriqueceu-se com a ação dos movimentos sociais, que evoluíram no seu sistema de organização para atuação em redes, fóruns e articulações; construiu uma noção de cidadania, na qual o indivíduo é sujeito ativo [...] (OLIVEIRA, 2003, p.62).

### 1.3.1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BAIRRO

O bairro é o espaço social que possibilita uma "participação profunda dos membros no grupo, onde são colocadas em comum relações primárias, como o próprio ser, a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, o sentimento" (GUARESCHI, 1996, p.95). É na comunidade que se revela o espaço mais estimulador para a construção da cidadania e políticas públicas descentralizadas e menos patrimonialistas. O espaço social da comunidade apresenta-se também como o *locus* profícuo do exercício da cidadania e da participação política porquanto ela:

rompe com a dicotomia clássica entre coletividade e individualidade, ser humano genérico e ser humano particular, apresentando-se como espaço privilegiado da passagem da universalidade ética humana à singularidade do gozo individual. Um movimento de recriação permanente da existência

coletiva, fluir de experiências sociais vividas como realidade do eu e partilhadas intersubjetivamente, capaz de subsidiar formas coletivas de luta pela libertação de cada um e pela igualdade de todos (SAWAIA, 1996, p.48).

Os sujeitos comunitários buscam incessantemente formas de participação política através da organização dos diversos movimentos sociais. Esses movimentos não reivindicam apenas saciar a fome ou um pedaço de chão; estão implícitos outros anseios tanto de cunho material quanto imaterial. Esses movimentos populares exercem um papel importante na sociedade civil porquanto atuam como força motriz da dinâmica cultural, transformando a configuração política nos municípios e do bairro onde eles atuam.

A participação política comunitária é um sistema complexo de interações instrumentais e comunicativas que redundam em atividades conscientes dos moradores em benefício do bem comum do bairro. A atividade comunitária “é uma atividade socialmente significativa (consciente), respondendo tanto às demandas da comunidade quanto aos motivos e interesses individuais de seus moradores” (GÓIS, 2005, p. 87). As atividades realizadas pelos grupos e indivíduos na comunidade aguilhoam complexos processos de interação, mediatização, transformação e interiorização dos diversos territórios e conflitos inter e intracomunitário que representam o papel de ator social capaz de construir o espaço comunitário e corroborar para o desenvolvimento local.

O processo de participação política está diretamente ligado ao sentimento de pertencimento ao bairro, assim como às representações e discursos internos que os próprios moradores possuem de si e dos outros. O bairro, o microcosmo social onde cada ser humano está mais intimamente ligado, possui uma infinidade de ocupações e discursos estigmatizante entre os próprios moradores do bairro.

A participação política, no entanto, para tornar-se eficaz e eficiente, não necessariamente, ela deve ser coletiva. Os moradores individualmente podem também reivindicar seus direitos e melhores condições no bairro; podem fazer acordos, construírem os acordos, consensos e dissensos. A espetacularização da participação como um elemento sagrado também pode gerar sentimentos

estigmatizantes com relação aqueles que não participam coletivamente. Em outros termos, o fato de um grupo comunitário se reconhecer como superior ao outro, porque é mais antigo ou porque ocupa um espaço privilegiado, permite gerar sentimentos de estigma e um distanciamento entre eles.

Segundo esta reflexão,

as políticas culturais dos movimentos sociais tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes. Na medida em que os objetivos dos movimentos sociais contemporâneos às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos; na medida em que esses movimentos sociais afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não ser considerado político; finalmente, na medida em que as políticas culturais dos movimentos sociais realizam contestações culturais ou pressupõem diferenças culturais – então devemos aceitar que o que está em questão para os movimentos sociais, de um modo profundo, é uma transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas (ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 2000, p. 26).

Segundo em todo esse processo de interação social,

reconhecemos a importância da ação local como essencial às estratégias de desenvolvimento de um país, porém, ainda é necessário aperfeiçoá-la na perspectiva de uma compreensão mais subjetiva da realidade local, isto é, ver que as localidades são realidade profundamente humanas e simbólicas, sendo por isso um erro pensá-las somente em termos sociológicos e econômicos. A realidade local possui história e cultura próprias, identidade social e de lugar, sendo formada por uma rede de relações peculiares, inclusive, afetivas. Neste lugar existe uma concepção particular de realidade por outro tipo de saber externo (GÓIS, 2005, p.73)

É possível, portanto, constatar que os estudos das interações sociais em um bairro e suas configurações mostrem também os movimentos sociais que se desenvolvem dentro do bairro. A abundância ou o déficit de movimentos sociais no bairro, combinados com as figurações presentes, servem para demonstrar as novas práticas político culturais da sociedade civil.

Como demonstra Hall (1992, p.22),

as políticas culturais determinam fundamentalmente os significados das práticas sociais e, além disso, quais grupos e indivíduos têm o poder para definir esses significados. Elas preocupam-se também com subjetividade e identidade, uma vez que a cultura desempenha um papel central na

constituição do sentido de nós mesmos [...]. as formas de subjetividade em que habitamos desempenham um papel crucial na determinação de se aceitamos ou contestamos as relações de poder existentes. Ademais, para grupos marginalizados e oprimidos, a construção de identidades novas e resistentes é uma dimensão essencial de uma luta política mais ampla, para transformar a sociedade.

As políticas públicas que privilegiam o diálogo, a participação social, reconhecem e incorporam os valores e interesses locais pressupõem o engajamento dos atores comunitários no processo de desburocratização do poder público. A investigação da cultura política local se apresenta como uma ferramenta importante para a efetivação da participação política, porquanto

determina fundamentalmente os significados das práticas sociais e, além disso, quais grupos e indivíduos têm o poder para definir esses significados. Elas preocupam-se também com subjetividade e identidade, uma vez que a cultura desempenha um papel central na constituição do sentido de nós mesmos [...]. as formas de subjetividade em que habitamos desempenham um papel crucial na determinação de se aceitamos ou contestamos as relações de poder existentes. Ademais, para grupos marginalizados e oprimidos, a construção de identidades novas e resistentes é uma dimensão essencial de uma luta política mais ampla, para transformar a sociedade (JORDAN e WEEDON apud ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 2000:22).

Por outro lado, políticas públicas que centralizam nas mãos do poder executivo as ferramentas de elaboração de projetos sociais criam estruturas que definem a identidade social dos moradores das organizações populares a partir dos interesses particulares. Nessa perspectiva,

O processo de identidade social afetaria não só a maneira como os indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade, sua estrutura, estabilidade e legitimidade, mas também o modo como nela atuam, procurando modificá-la em função de seus interesses sociais (CAMINO, 1996, p.23).

A gestão pública que vise proporcionar a participação popular e o reconhecimento das diferenças deve, portanto, refletir inicialmente acerca das dimensões psicossociais que envolvem o processo de construção das políticas públicas. Reconhecer as diferenças locais e a participação popular significa reconhecer a importância das políticas culturais, pois são elas que estão abertas para o diálogo, condição imprescindível ao respeito às diferenças e às práticas político culturais.

as políticas culturais dos movimentos sociais tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes. Na medida em que os objetivos dos movimentos sociais contemporâneos às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos; na medida em que esses movimentos sociais afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não ser considerado político; finalmente, na medida em que as políticas culturais dos movimentos sociais realizam contestações culturais ou pressupõem diferenças culturais – então devemos aceitar que o que está em questão para os movimentos sociais, de um modo profundo, é uma transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas (HALL, 1992, p. 26).

Nesse sentido, não basta que apenas a comunidade se disponha para a organização política se o poder político formal não engendre ferramentas lúdicas e com uma perspectiva educativa e de socialização dos diversos grupos comunitários para o desenvolvimento econômico e político do bairro. Além do mais, essa ampliação e aperfeiçoamento das competências políticas dos cidadãos devem superar o discurso demagógico dos representantes formais do poder, pois conforme demonstra Cordeiro (2004, p.36),

muitos governos, até mesmo por modismo, apressam-se em incluir em seus discursos e planos a proposta da gestão compartilhada, da qual recuaram ao primeiro sinal de que precisariam passar por profundas renovações de mentalidade e práticas; ou então se satisfizeram com a inculcação dessa mentalidade na cúpula do governo e passaram a se queixar do despreparo do funcionalismo, sem terem tido a preocupação primeira de proceder a uma ampla qualificação de seus servidores para trabalharem em sintonia com as novas diretrizes da participação. O resultado acabou sendo o mesmo: discursos bonitos, mas desconhecidos pelos agentes do governo mais distantes do centro do poder e, portanto, sem resultados práticos para a população.

A participação política na esfera local envolve dimensões que vão além de ações políticas institucionalizadas pelos órgãos públicos; envolve também o reconhecimento das práticas sociais e políticas que vislumbram não apenas o desenvolvimento local do bairro, mas também a autonomia das práticas coletivas e individuais. Em outras palavras, a participação política deixa de possuir um caráter sagrado quando também considera relevantes os modos como as organizações populares e os moradores desses bairros estão percebendo e interagindo uns com os outros, porquanto a participação política é um processo contraditório, envolvendo várias dimensões objetivas e simbólicas.

Reconhecemos a importância da ação local como essencial às estratégias de desenvolvimento de um país, porém, ainda é necessário aperfeiçoá-la na

perspectiva de uma compreensão mais subjetiva da realidade local, isto é, ver que as localidades são realidade profundamente humanas e simbólicas, sendo por isso um erro pensá-las somente em termos sociológicos e econômicos. A realidade local possui história e cultura próprias, identidade social e de lugar, sendo formada por uma rede de relações peculiares, inclusive, afetivas. Neste lugar existe uma concepção particular de realidade por um outro tipo de saber externo (GÓIS, 2005, p.73).

Os Orçamentos Participativos (OP's) tornaram-se a principal forma de participação política na esfera local, porém, os OP's podem continuar reproduzindo e legitimando formas tradicionais de dominação do poder local e de exclusão das classes subalternas. Os gestores municipais envolvidos com a “espetacularização” (SILVA, 2005) da participação política entendem que esta significa a consulta periódica à população para decidir sobre os gastos públicos. Esse incremento e abertura para a participação popular não levou em consideração os elementos simbólicos que configuram as comunidades populares; a participação política que tem sido aclamada como substrato de alguns mecanismos de mediação e negociação entre as instituições públicas e a sociedade civil tem alcançado respostas de ordem econômica em detrimento das dimensões simbólicas e autônomas, visto que a sociedade civil é convocada apenas para legitimar um processo já concluído por outrem.

Sob essa ótica, a participação política fora concebida mais como um instrumento de consulta e de caráter sensacionalista e eleitoral, e não trazendo imediatos resultados concretos ou efeitos sobre as políticas públicas, sobretudo às que se referem ao desenvolvimento comunitário. Esse espetáculo da participação correspondeu, na verdade,

a uma overdose de boas intenções e projetos de democratização e ampliação da esfera pública, sem a imediata correspondência em termos de resultados sociais práticos, assim como de ampliação da capacidade de tomada de decisão política sobre o orçamento público e de formulação de um projeto mais amplo de sociedade (SILVA, 2005, p.135)

Em outra dimensão de análise, os modelos institucionalizados de participação política não configuram os elementos exclusivos das práticas político culturais de um bairro, isto é, compreender a participação política na esfera local supõe levar em consideração tanto elementos endógenos quanto exógenos.

Essa participação comunitária, como defende Borges (2003, p.46),

é um ato de fé na potencialidade do outro. É um exercício democrático. No caso da participação comunitária, é acreditar que essa comunidade pode ser criativa e co-gerir seu destino, sem populismo e sem provincianismo. É construir a história pelas próprias mãos, dentro das condições que lhes são oferecidas.

Nesse sentido, políticas públicas que foquem o desenvolvimento local jamais podem negligenciar o sentido e o significado das atividades de cada grupo e indivíduo envolvido na busca incessante de uma melhoria de vida.

O desenvolvimento local implica, de fato, a participação social local, processo necessário ao desenvolvimento integrado e auto-sustentando, o qual não é meramente econômico, mas, fundamentalmente, humano. Um desenvolvimento que é humano, social, auto-sustentado e solidário (GÓIS, 2005, p.72).

Isso implica que, apesar das representações sociais significarem um ponto significativo para se entender o grau diminutivo de participação política de uma comunidade, ainda mais relevante é compreender como esses moradores estão comprometidos com o bem-estar da comunidade, isto é, quais são os tipos de conscientização dos moradores de cada área envolvida no processo. Essa conscientização é entendida como um processo que contemple desejos, necessidades e emoções individuais e coletivas.

Não é uma simples tomada de consciência, mas sim o distanciar-se para explicar a realidade e, ao mesmo tempo, o aproximar-se para transformá-la. Não surge como resultado do simples desenvolvimento econômico, já que necessita da presença participativa do indivíduo em sua realidade social. (GÓIS, 2005, p. 102).

Assim, políticas de desenvolvimento local devem ter como prioridade instrumental a participação, porquanto essa possuir um caráter educativo e despertar da consciência, apropriação, uma mudança da realidade social. Entretanto, o desenvolvimento local não significa sujeitar-se aos moldes governamentais. O processo de democratização da coisa pública e dos espaços políticos comunitários “vai depender em muito da própria comunidade, à medida que ela descobre não só suas necessidades, mas também suas potencialidades e

procura organizar seus ativos, numa busca incessante de mudança social” (BORGES, 2003, p. 48).

Nesse sentido, as políticas públicas que visem o desenvolvimento local baseiam-se por esses princípios: um crescente processo de autonomia decisória; uma crescente consciência dos moradores das identidades e diferenças territoriais, assim como uma crescente percepção coletiva de pertencer ao bairro. Esses princípios permitirão uma apropriação do bairro e de suas nuances, bem como a passagem do processo psíquico natural ao processo psíquico cultural.

A atividade, assim, implica um sistema de interações de crescente complexidade entre indivíduo e mundo (interação dialética) que, ao mesmo tempo, transforma a natureza e a sociedade, bem como permite ao ser humano exercer o controle sobre si mesmo (GÓIS, 2005, p.80).

Apesar de a participação ser um processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo, é pelos instrumentos educativos de formação política que esses moradores tornam-se ativos no enfrentamento dos problemas da comunidade.

A atividade conjunta dos moradores, em favor do desenvolvimento da comunidade, uma atividade socialmente significativa (consciente), respondendo tanto às demandas da comunidade como aos motivos e interesses individuais de seus moradores. Aí se incluem a convivência social autêntica e o reconhecimento da própria possibilidade de optar e caminhar com os próprios pés (GÓIS, 2005, p.87).

Freire (1996) defende que não se deve limitar a possibilidade do homem de intervir na realidade social. Não é gratificante mutilar e cecear o homem de suas potencialidades, perspectivas diversas, em favorecimento de uma dimensão, muitas vezes, estranhas ao próprio ser. É através da integração e da atuação dos moradores na comunidade que será possível a compreensão da realidade social. E isso não acontecerá num ambiente limitador e massificador de mão-de-obra.

O ser humano não está inserido no vazio. Quando ele pensa, planeja ou age no mundo, usa sempre um pano de fundo que orienta sua conduta, seus projetos, assim como sua *práxis* (teoria e prática). A atuação desses indivíduos comunitários “não se dá num vazio, mas num mundo social já simbolizado, um



mundo em movimento, carregado de significações coletivamente estabelecidas” (PENNA, 1992, p.59). Dessa forma, o homem apreende, aprende, recria, cria e muda conceitos a partir desse pano de fundo que se pode defini-lo como sendo histórico-social e cultural.

Na comunidade, os indivíduos definem suas atividades políticas orientando-se por uma figuração espacial simbólica que lhe permite enxergar os outros moradores como partícipes ou alheios ao seu convívio. Os moradores constroem em sua mente um limite territorial que define para ele até onde ele pode ir.

Há uma dificuldade de compreensão de que a gestão de políticas públicas é uma questão apenas de “vontade política” dos agentes governamentais, e que resolvendo esse problema, é fácil mobilizar grupos. De acordo com Cordeiro (2004, p.38),

é bom se esclarecer que essa expectativa não tem base real, e que é preciso por vezes atentar menos para a ideologia do que para a eficácia. Participação é um processo complicado, e não é a toa que gestores do mundo inteiro se reúnem periodicamente para trocar reflexões e experiências a respeito.

Em outra perspectiva Sawaia (1996:48-49) demonstra que

Todos os membros de relação devem ter legitimidade para se fazer ouvir e a capacidade argumentativa para participar da construção do consenso democrático, para que uns não se alienem no outro, considerado o dono do saber, lembrando que a capacidade argumentativa não é mera aquisição de vocabulário e treino de retórica discursiva para convencer o outro. Ela é a capacidade de defender suas próprias necessidades respeitando a dos outros, isto é, habilidade de, através da linguagem, lidar com a realidade do desejo próprio e do outro, construindo um nós.

Assim, a comunidade sugere uma esfera social propícia para a construção da cidadania, da democracia, bem como para o afloramento de práticas sócio, político culturais. Os sujeitos comunitários vivem formas de interação social que estão calcadas nas diferenças identitárias. A comunidade é o espaço social onde os atores sociais constroem suas identidades sociais a partir dos jogos e disputas de poder. Esse caráter da comunidade supõe, portanto, a elaboração e avaliação das políticas públicas na e para comunidade.

## CAPÍTULO 2: O BAIRRO JARDIM BANDEIRANTE COMO OBJETO DE ESTUDO

O Bairro Jardim Bandeirante localiza-se no município de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza, conforme Figura 1 a seguir. Este município emancipou-se politicamente da cidade de Maranguape em quatro de julho de 1983; atualmente, experimenta sua quarta gestão administrativa.

Maracanaú possui uma população estimada de 197.301\* habitantes. Entre os municípios que formam a grande Fortaleza, Maracanaú é o terceiro colocado em termos de contingente populacional, atrás apenas de Fortaleza e Caucaia. Em termos estaduais, é o quarto município mais populoso. Segundo dados do IPECE (2006) e IPLANCE (2006), este município ostenta o 2º maior PIB *per capita* no Estado do Ceará, atrás apenas de Fortaleza.

Maracanaú tem experimentado um vertiginoso crescimento populacional, motivado principalmente pela política de desenvolvimento industrial implantada pelo então Governador Virgílio Távora, em meados da década de 1960. Hoje, é o mais importante Distrito Industrial do Estado, concentrando 1/3 da produção cearense no setor e o 2º colocado no *ranking* de arrecadação do ICMS. Este município responde por 5,14% da economia do Ceará e por 8,08% da geração de riquezas na Região (IPECE, 2009). O Produto Interno Bruto – PIB do Município foi de R\$ 2,38 bilhões em 2006, o segundo maior do Estado (IPECE, 2009). Do total do PIB de Maracanaú, 58,02% das riquezas foram geradas pela indústria, 41,85% pelo setor de serviços – que pela metodologia utilizada também engloba o comércio – e 0,13% pela agropecuária. Este pólo industrial reúne cerca de 100 unidades empresas em funcionamento de diversas áreas de atuação, como as têxteis, as de metalurgia, mecânica, papel e papelão, material elétrico, químico, de vestuário e calçados e serviços de construção.

---

\* Fonte: IBGE (11/12/2007) <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

O município possui um grande número de trabalhadores advindo do interior do Estado, conforme nos mostra os dados da SEDEMA (2009). O presente município no qual está inserido o bairro aqui em estudo tem sofrido também as mudanças no mundo do trabalho, ou seja, as conseqüências da reestruturação produtiva vigente no Brasil e no mundo. Isto porque, de acordo com dados do SINE/IDT em Maracanaú, não tem conseguido ampliar a inserção das pessoas no mercado de trabalho, especialmente, trabalhadores menos qualificados profissionalmente, exacerbando as desigualdades sociais e uma conseqüente exclusão da população excedente do mercado de trabalho e do acesso aos bens simbólicos (cultura, informação, participação política etc.). O bairro aqui investigado possui cerca de 2/3 dos trabalhadores desempenhando atividade de biscates (Prefeitura Municipal de Maracanaú, 2007).



Figura 1 – Planta da Região Metropolitana de Fortaleza

O Bairro Jardim Bandeirante, efetivamente, é conseqüência do movimento migratório de trabalhadores campo-cidade, uma vez que ele está localizado nas adjacências do Distrito Industrial de Maracanaú, precisamente, em frente a duas grandes fábricas têxteis para as quais muitos trabalhadores se deslocam do interior para nelas trabalharem.

Nosso primeiro contato com este bairro se deu no ano de 2000, período no qual chegamos a Maracanaú para trabalhar no Colégio Liceu de Maracanaú, como professor de História e Sociologia. Nossa experiência como educador nesta escola, naquele mesmo ano, a partir de conversas com os meus alunos, funcionários e outros professores, fez-nos perceber o quanto o bairro Jardim Bandeirante, onde acabávamos de nos instalar para morar, era um dos bairros mais estigmatizados tanto pelos educandos daquelas escolas quanto por outros moradores do Município. Quando relatávamos que morávamos naquele bairro, as pessoas ficavam surpresas como eu sendo uma pessoa “esclarecida”, “professor”, tinha coragem de morar em um lugar tão perigoso e sem estrutura para morar.

Naquele mesmo período, quando se falava acerca do Jardim Bandeirante, era o mesmo que falar de um lugar onde moravam pessoas “mal educadas”, “violentas”, “drogadas” cujas condições de moradia eram as mais precárias possíveis. Neste sentido, era o lugar do medo e da criminalidade. As representações sociais firmemente difundidas em Maracanaú sobre o presente bairro possuíam um núcleo comum: as pessoas que moram ali são degradadas, tanto moral como economicamente.

Estas representações, ainda hoje, permanecem no imaginário dos maracanauenses que “conhecem” o bairro; alguns moradores sofrem cotidianamente situações estigmatizantes: quando vão ao banco, à escola, ao trabalho, enfim, nas mais variadas situações do dia-a-dia enfrentam sentimentos de repulsa e desconfiança em relações ao bairro. Mesmo recentemente, temos testemunhado, nas escolas onde trabalhamos, os alunos dizerem: “vixe, você mora no Jardim Bandeirante, sei não, ali é tão perigoso”, mas quando falo do local onde moro no bairro, as pessoas dizem: “ah, bom, ali já é a ‘Aldeota’”. Uma moradora do bairro Piratininga certo dia perguntou-nos: *“como você tem coragem de andar ali, ali é lugar de vagabundo e lama”*. Os moradores da comunidade de Jardim Bandeirantes passam por situações deste tipo quase que diariamente nas mais diferentes situações.

Para Berger e Luckmann (1985, p.49):

a realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como 'lidamos' com eles nos encontros face a face. Assim, apreendo o outro como 'homem', 'europeu', 'comprador', 'tipo jovial', etc. todas essas tipificações afetam continuamente minha interação com o outro, por exemplo, quando decido divertir-me com ele na cidade antes de tentar vender-lhe meu produto.

O fato aqui identificado mostra que alguns munícipes de Maracanaú generalizam situações particulares de crimes e furtos que ocorrem com certa frequência dentro do bairro Jardim Bandeirante. É claro que, dentro do bairro, percebemos o quanto as pessoas vivem com certo receio de saírem, de deixarem suas casas para ir a uma festa, ou a uma igreja por causa da insegurança. No entanto, segundo relatos de alguns moradores, esta insegurança, muitas vezes, é trazida por pessoas que não moram no bairro. Conforme dona Marta, moradora antiga do bairro, "o que ocorre é que isto é praticado por gente que não é do bairro, aqui tem gente boa". [...] São um pessoal lá de baixo ou dos "sem-terra".

Assim, foram estas representações sociais e relatos que nos instigaram a iniciar uma pesquisa de caráter etnográfico neste bairro no ano de 2002. Naquela ocasião, objetivamos descrever pormenorizadamente os modos de vida e de trabalho dos moradores daquela comunidade. Objetivávamos fazer um retrato etnográfico do bairro e verificar se ele realmente se configurava de acordo com as representações sociais dos meus alunos e de outros moradores de bairros circunvizinhos. Tratava-se, portanto, de um estudo exploratório. Esse estudo acabou resultando em um trabalho monográfico de final de curso (SILVA JR, 2002). Muitas das informações aqui descritas neste capítulo são resultantes deste trabalho acadêmico e também da análise de dados fornecidos pela Secretaria de Saúde da Prefeitura de Maracanaú, visto que indicadores sociais e econômicos acerca do bairro são quase inexistentes nos órgãos oficiais de pesquisa.

O Bairro em estudo localiza-se a sudeste do Distrito Industrial de Maracanaú (ver figura 2), ao sul do distrito Pajuçara (em processo de emancipação política), às

margens do rio Timbó e a 4 km das empresas Kaiser e Marisol (no município de Pacatuba), limitando-se com a CE-060, em frente às Empresa Vicunha Têxtil e Têxtil União.



Rua Santa Adelaide, ao lado de um córrego que recebe dejetos das fábricas locais. (Favela)

Jardim Bandeirante formou-se a partir de um desenfreado êxodo urbano e rural. Suas famílias são procedentes de diversas regiões do interior do Ceará, da capital Fortaleza, de outras cidades e Estados e também de outros países, por exemplo, a Itália (SILVA JR, 2002). Estamos falando de um bairro (ver figura 3) composto por, aproximadamente, 6.170 famílias, de acordo com a SESA de Maracanaú (agosto/2008). O bairro é habitado por famílias que não tiveram oportunidade de escolher o lugar melhor para morar. São famílias excluídas das políticas públicas habitacionais, uma vez que a ocupação se deu sem algum planejamento que propiciasse aos moradores uma qualidade de vida melhor, isto é, acompanhada de serviços públicos. Alguns moradores, sobretudo os que moram no loteamento Menino Jesus, são ribeirinhos, ainda moram perto do Rio Timbó, conhecido como “rio podre”. Neste rio, não é raro serem encontrados pessoas assassinadas, animais mortos e lixo.





Rua São Pedro – única rua da “Favela” que não recebeu calçamento.

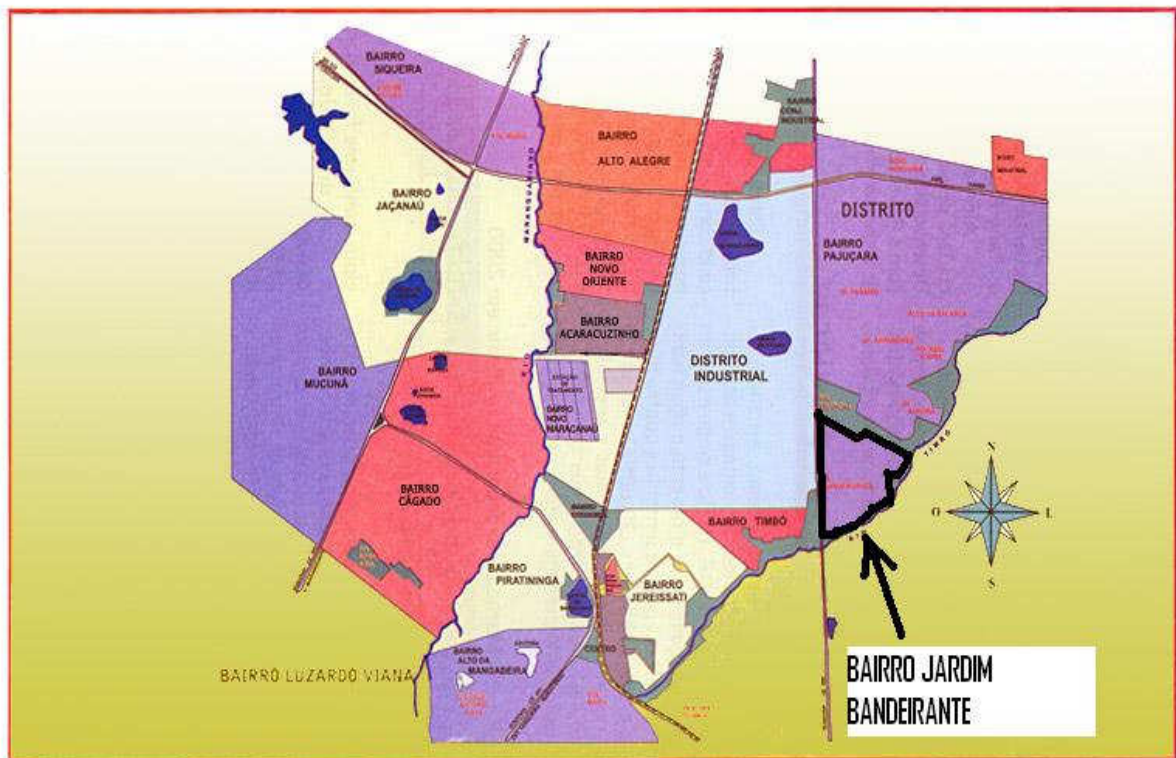
O bairro não é grande, como podemos ver na figura 2 abaixo. Na demarcação da Prefeitura, ainda não há uma divisão oficial, uma vez que está sendo desenhada uma nova planta da área devido à legalização de dois novos bairros já “desmembrados”.

A história do bairro está ligada ao que eles chamam de *movimento dos sem-terra*. A primeira moradora do bairro foi dona Carmelita, quando o município de Maracanaú ainda era distrito de Maranguape. Os espaços foram sendo ocupados por “lideranças” ligadas ao Movimento Eclesial de Base, sobretudo com o apoio do Senhor Valdo, Presidente da Associação Educacional Nossa Senhora de Nazaré. Esse movimento de ocupação se deu de forma desordenada, sem um planejamento da Prefeitura, a partir do início dos anos 1980.

O Senhor Valdo foi quem vendeu e distribuiu os lotes de terras para aqueles que iam chegando ali. Batizou ruas, e era considerado um “vereador informal” pelos moradores. Era ele quem representava na Prefeitura os anseios da Comunidade, apesar de alguns moradores o denunciarem por comportamentos de corrupção; no entanto, outros se sentiam bem ao elogiá-lo pelo seu empenho em

“fundar” um novo bairro. “Eu dei 12.740 lote de terra, nunca cobreí nada de ninguém, agora pergunte se o pessoal agradece. E consegui tudo isso, tive peito e meu objetivo era crescer o bairro, aqui num tinha nada” (Valdo).

**Figura 2 – Planta do Município de Maracanaú**







**Figura 3 – Planta do Bairro Jardim Bandeirante**

A Secretaria de Saúde (SESA) do município de Maracanaú mapeou todos os bairros do Município para verificar os focos de maior situação de risco e pobreza. O bairro Jardim Bandeirante ficou definido pela SESA como sendo a ÁREA 18, considerada como uma área de grave situação de risco. A partir das divisões em áreas, a SESA também dividiu os bairros em micro áreas. O bairro Jardim Bandeirante ficou dividido em 11 micro-áreas. Ele ficou caracterizado pela SESA como sendo uma área sujeita às inundações, sobretudo a área do “novo” bairro Menino Jesus de Praga, pelo fato de situar-se na região ribeirinha do rio Timbó, a leste e também ao sul. A pontuação das micro áreas do Jardim Bandeirante ficou definida numa hierarquia estabelecida pela SESA em que foram levados em consideração condições de higiene, alimentação, renda, condições de moradia etc.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Microárea 1 = 37; Microárea 2 = 37; Microárea 3 = 27; Microárea 4 = 26; Microárea 5 = 28; Microárea 6 = 32; Microárea 7 = 33; Microárea 8 = 33; Microárea 9 = 22; Microárea 10 = loteamento ( desabitado ); Microárea 11 = 30. Como a Secretaria de Saúde percebeu pontuações semelhantes entre as micro áreas, resolveu agrupar as micro áreas em subgrupos. Assim temos o agrupamento das seguintes micro áreas: 1 e 2; 3, 4 e 5; 6 e 11; 7 e 8. A área 18 finaliza o processo de re-territorialização com 6 micro áreas homogêneas quanto às condições de

O Bairro também integra os CDS Pajuçara. Esses Conselhos objetivam discutir os problemas locais enfrentados pelos moradores com os próprios moradores do bairro e, em seguida, levar ao conhecimento da Regional Municipal. As unidades do CDS funcionam no Jardim Bandeirante, Boa Esperança e na própria Regional. Estes conselhos seriam, segundo alguns representantes da Prefeitura, elementos importantes no progresso do desenvolvimento local das áreas envolvidas, no entanto, os moradores, sequer sabem o que são estes conselhos.

A Administração Municipal também estabeleceu, para fins de planejamento de políticas públicas, a divisão do Município em seis ADLs, agregando os bairros e localidades vizinhas, com características similares e com continuidade espacial. O Jardim Bandeirante faz parte da ADL 3, juntamente com Pajuçara, Menino Jesus de Praga, Parque Progresso, Jardim Paraíso, Alto da Bonança, Boa Esperança e Novo Mondubim I.

Divergindo da classificação oficial da Prefeitura, o bairro está configurado em áreas, definidas por eles mesmos. Ou seja, verificamos a existência de um primeiro grupo de moradores, estabelecido nas proximidades da CE-060, e que se identifica como **os legítimos moradores do Jardim Bandeirante**; um segundo grupo de moradores, denominado pelo primeiro como os **“favelados”**, reside nas proximidades do rio “Timbó”, também chamado, pelos moradores da área melhor equipada de serviços públicos, de os lá de “baixo”. Os últimos moradores a chegarem se estabeleceram na área conhecida como os **“sem-terra”**, denominação não aceita por estes últimos, que preferem ser chamado de moradores do Bairro Menino **Jesus de Praga** (alguns moradores preferem que seja tirado o “Praga”).



Av. Chaceler Edson Queiróz depois de construída – à esquerda, Jardim Bandeirante; à direita, Menino Jesus de Praga.

Esse mapeamento simbólico criado pelos próprios moradores diverge da classificação oficial da Prefeitura Municipal de Maracanaú, que paulatinamente está inserindo em seu mapeamento municipal estes “novos” bairros. Podemos observar atualmente no bairro o surgimento de subdivisões internas conformando três áreas com nomes distintos atribuídos pelos próprios moradores. Os moradores “dividiram” o bairro em: **Menino Jesus de Praga** (popularmente conhecido como “sem-terra”), **a Favela** e o **Jardim Bandeirante** propriamente dito. Este processo figuracional e conflitante de ocupação do bairro foi um dos problemas centrais desta pesquisa.



Rua São José – Esta rua, conforme moradores, separa A “Favela” do Jardim Bandeirante. À frente, início da “Favela”.

Segundo depoimento de alguns moradores dessas áreas, muitos deles não vivem no bairro porque tenham escolhido aquele espaço como referencial de projeto de vida, mas porque não encontraram moradia em outro lugar. Na verdade, foi naquele lugar que conquistaram o tão sonhado “pedaço de chão” para construir suas próprias casas. Conforme Dona Rosa, com tom de desabafo, “vivemos aqui pagando os nossos pecados”.

De acordo com Silva Jr (2002), aproximadamente 35% dos moradores consideram o bairro “ruim”, mas vivem ali porque não têm outra opção. D. Sebastiana nos falou: “quando eu cheguei aqui há 10 anos, não tinha os problemas que têm hoje, era muito melhor – agora tá pior porque a criminalidade aumentou muito, infelizmente, não temos pra onde ir”. Apesar desta demonstração de insatisfação – contraditoriamente, a maioria não tem o desejo de sair do bairro. Quando perguntados sobre os projetos da família, somente 4% dos moradores mostraram interesse em sair do bairro (idem, 2002). Outra moradora dizia: “ainda não saí daqui porque não tenho para onde ir. Ir pra onde, se a única coisa que tenho é este barraco”?



Assim vemos que o fato de terem conseguido a tão sonhada casa própria acaba por os firmarem no bairro. Mas será que os fazem participar politicamente, seja individualmente ou coletivamente, para tentar enfrentar as dificuldades sofridas e melhorar a qualidade de moradia no bairro? A maior da parte dos informantes no disse que não participam de qualquer associação no bairro ou mesmo outros projetos que visem o desenvolvimento comunitário. Para reforçar este fato, o presidente do Complexo Educacional Nossa Senhora de Nazaré, declarou que:

[...] nós aqui faz carro som que é pra convidar você lá na sua casa pra você participar. Tu bota o carro na frente de 7.000 casa aqui, eu gasto R\$ 150,00 pra fazer essa divulgação, bota lá 50 cadeira na associação, vai seis pessoas tua rua, mas se divulgar que vai ter um caminhão dando cesta básica aqui no metro, aí pode preparar 3.000 cestas que aí vem tudim que dá tudim as cestas e ainda falta, então aí é o grande problema.

Por outro lado, alguns moradores garantem que “corre primeiro atrás do ganha-pão, primeiro a gente tem de trabalhar pra comer”. Muitos dos moradores da área chamada de “Favela” e dos “Sem-terra” são moradores excluídos do processo de seleção de mercado de trabalho, restando-lhes apenas a opção de trabalhos informais e mal remunerados – como, por exemplo, o trabalho de “carreteiro” (carregador de mercadorias), na CEASA, localizado próximo ao Bairro. Estes moradores, em grande parte, dependem de seu “bom movimento” – lembrando a fala de uma moradora para o sustento da família: “No dia que tem feijão pra desbuiar, é bom, mas quando não tem, tem que apelar pra Deus” (Dona Leopoldina). Por outro lado, a área que representa a área “nobre” do bairro, conforme alguns moradores, “a Aldeota”, possui um grande número de trabalhadores com carteira assinada, e trabalham nas fábricas próximas do bairro, como Vicunha Têxtil, Têxtil União etc. existem, nessa área, muitos comerciantes, costureiras e trabalhadores de cooperativa de castanha de caju. No entanto, mesmo com uma condição de melhor de trabalho, não existe um participação desses moradores em atividades associativas. Com relação à falta de recursos financeiros, muito presidentes de associação reclamaram que seus associados não têm dinheiro para pagar as mensalidades em dia.

O que a gente pode cobrar em uma associação é 10% de um salário mínimo, você acha que eu posso cobrar de um pessoal desse, que num tem nem o que comer em casa, R\$ 5,00 ou R\$ 6,00? (Valdo).

A gente cobra R\$ 1,00 por mês pra cada associado durante um ano, mas mesmo assim, a inadimplência é alta e quase nós não temos membros ativos. Você sabe que a associação vive de seus membros, né. Eu mesmo to tentando fazer aquela secretaria ali e não tenho dinheiro nem pra colocar as portas (Dona Conceição).

Os nomes das ruas são, na sua grande maioria, aqueles que lembram santos e padroeiros, como *Rua Nossa Senhora de Nazaré*, *Rua São Pedro*, *Rua Jesus de Nazaré*, *Rua Santa Adelaide*, *Rua São Sebastião*, *Rua São Paulo*, ou mesmo datas importantes como a *Rua 7 de Setembro*. Uma moradora nos relatou que

as ruas receberam estes nomes lembrando os santos pelo fato dos moradores já terem sofrido muito e os santos são os únicos a quem eles podem apelar em momentos de angústias e necessidades (Dona Argentina, área Menino Jesus de Praga).

O próprio presidente da Associação Complexo Educacional Nossa Senhora de Nazaré, Senhor Valdo, nos informou que os nomes das ruas estão ligados a santos porque

no início nós era da Igreja e eu pedi que os moradores colocassem nomes de Santos, quem escolheu os nomes foram eles mesmos; claro que eu dei sugestões, porque a lei diz que só pode ser nome de rua quem já morreu. Eu pedi que eles deixassem pelos menos eu escolher uma, em homenagem à padroeira do Pará, de onde eu sou, Nossa Senhora de Nazaré; todo canto que fundo bairro eu já ajudei a fundar quatro, eu coloco o nome de Nossa Senhora de Nazaré.

Os moradores são em sua maioria católicos, ainda que não praticantes. Precisamente, 86% das famílias se identificam com a religião católica (SILVA JR, *idem*, *ibidem*). Por outro lado, igrejas evangélicas de diversas denominações estão espalhadas por todo o bairro: Assembléia de Deus Templo Central, Assembléia de Deus Ministério Bandeirante, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Deus é Amor, Assembléia de Deus Bela Vista, Igreja Bíblica, entre outras. No entanto, a história inicial do Bairro está ligada diretamente, conforme os moradores mais antigos e Senhor Valdo, com a “macumba” e ao “espiritismo” que, logo, “os padres resolveram de afastar eles de qualquer participação comunitária e religiosa no

bairro” (Senhor Valdo). Atualmente, o bairro é cenário de diversos conflitos religiosos envolvendo várias denominações evangélicas.

Nos últimos quatro anos, o principal serviço público que mais beneficiou o bairro e que parece ter aumentado a auto-estima de alguns moradores foram os trabalhos de calçamento das ruas, mas apenas das ruas do Jardim Bandeirante, ou seja, as ruas do Menino Jesus não foram contempladas ainda. Além disso, muitas ruas da “parte de baixo” não foram calçadas ainda. Quando estávamos fazendo observações no Bairro e fazendo algumas fotografias, alguns moradores chegavam até nós e pedia que fizéssemos algo. Senhor Geraldo reclamou que “meu genro até fechou o seu negócio porque nenhum carro dos vendedor quer entrar lá, e muito pior os clientes, eu não sei por que não calçaram aquela rua ainda”.

Algumas destas ruas apenas receberam uma pavimentação de “pó-de-ferro”. Segundo alguns moradores, “isso somente aconteceu porque o bairro efetivou uma expressiva votação nas urnas para o atual Prefeito Roberto Pessoa” (2004-2008) e (2009-2012), do Partido Liberal (PL). No entanto, estes mesmos moradores reivindicam a efetivação de outras obras públicas que objetivem o desenvolvimento comunitário por completo. “O bairro está precisando urgentemente de um saneamento básico, parece que este calçamento veio como cala-boca, não fazem mais nada por aqui mais” (senhor Ribeiro).

Com relação ao lazer, o bairro também apresenta uma diferenciação: na área do loteamento Menino de Jesus de Praga, as pessoas gostam de ficar nas ruas enquanto no Jardim Bandeirante (“área nobre”), as pessoas logo fecham suas portas, apesar de suas ruas serem mais bem iluminadas. A área “nobre” do bairro não possui um espaço de socialização e recreação para as crianças, visto que não existe uma praça em nenhuma área do Bairro. Por outro lado, os moradores dos “Sem-terra” (Menino Jesus de Praga), possuem um campo de futebol, é ali que ocorre a maior parte dos encontros de recreação. Na “favela” (a área de baixo), não identificamos nenhum espaço que poderíamos chamar de espaço de lazer, como

uma quadra de esportes ou mesmo uma pracinhas para as crianças brincarem com seus pais.

Os moradores do Bairro, a partir dos resultados quantitativos levantados pela Secretaria de Saúde de Maracanaú (2002, 2004, 2006 e 2008), possuem condições de vida pauperizadas e estão em uma área de risco. Segundo este levantamento, as famílias desse Bairro são famílias nas quais percebemos de forma marcante a pobreza e mais acentuadamente a miséria. De acordo com este estudo da SESA, as famílias são na sua grande maioria pobres – como baixo poder aquisitivo. No que diz respeito à renda mensal dos chefes de famílias, verificaram que 41% dos moradores ganham entre 0,5 a 1 salário mínimo mensal. Apesar de existir no bairro várias creches, existe apenas uma Escola de Ensino Fundamental e Médio, Evandro Ayres; e o que surpreende é que os chefes de família do bairro possuem baixo grau de escolaridade – 67% deles não conseguiram concluir o Ensino Fundamental II, e 26% deles não foram alfabetizados (SESA, 2008).

Há alguns anos, o Projeto Vida Júlio Emílio, grupo religioso Beneditino, tem desenvolvido um trabalho de formação profissional, bem como de aperfeiçoamento educacional envolvendo os moradores de todas as áreas do bairro. Além disso, de acordo com os líderes de associação de moradores, muitos cursos têm sido realizados com o intuito de reduzir o baixo índice de escolaridade dos moradores e objetivando inserir os moradores no mercado de trabalho.

Com relação à segurança no Bairro, um dos primeiros moradores que conheci, o Seu José, de imediato nos alertava para que não caminhássemos adiante, pois era muito perigoso: “tenha cuidado por aqui, meu fie, tem até boca de fumo por aqui, eles num mexe comigo não, mas você sendo de fora”. Em uma das áreas, Menino de Jesus, um morador perguntou-nos de onde éramos, pois se fôssemos da Pajuçara, outro bairro, era muito perigoso. De acordo com alguns moradores que conversávamos ao longo das observações no bairro, “o que tá acabando aqui esse bairro é tráfico de drogas, tá demais, a gente vê a coisa assim, oh”.



Com relação a esta problemática, a Diretora da Escola Evandro Ayres, Prof<sup>a</sup> Ana Lúcia,

muitos alunos não podem vir pra escola porque são ameaçados, outros não podem nem visitar um amigo por é de outra área. (...) e um grande problema aqui dentro é que eles gostam muito de mexer nas coisas dos outros, principalmente, os alunos da noite, que são dos "sem-terra". Mas os da manhã, não tem esses defeito não, eu acho até eles muito passivo demais, até quando a gente pede pra eles falar, eles não falam nada.

Visitamos um domicílio todo engradado – a moradora reclamava muita insegurança – “aqui nós num tem sossego não, a gente passa o dia assim, não pode nem sair para conversar” (Dona Márcia). Muitos moradores reclamam que não podem sair de casa porque ao retornar, não encontram mais nada em casa, conforme afirma D. Jaqueline: “eu já fui roubada três vezes quando fui à igreja – agora eu peço a minha vizinha pra dar uma olhadinha, porque se não a gente perde tudo”! Ainda com relação à insegurança, algumas igrejas, católicas e evangélicas, foram arrombadas várias vezes. Mesmo com a chegada dos policiais militares do Programa RONDA do Quarteirão, os moradores dizem que não se sentem seguros. Muitos moradores preferem pagar o serviço particular de guarda-noturno. Os “vigias” que trabalham no bairro são também homens desempregados que dependem do que os outros moradores lhes dão de mantimento. São geralmente homens analfabetos que dependem diretamente deste biscate para sobreviverem. Tivemos oportunidade de conhecer a família de um deles cuja casa não lhe pertencia, morando deste modo, de favor. As pretensões dessa família eram de se apossar de um terreno e fazer sua própria casa de taipa na área do Menino Jesus.

Nas três áreas pesquisadas, existem muitas pessoas que usam o espaço doméstico para trabalhar. Encontramos nas ruas barracas de venda de cachaça e churrasco; quitandas nas ruas; *lan houses*, locadoras de *vídeos games*, três mercadinhos de tamanho médio e outros menores, pequenas vendas em casa.

O bairro possui uma Unidade de Saúde (UBASF) para atender os moradores das quatro áreas: Jardim Bandeirante, “A favela”, Menino Jesus e o Pajuçara Park; há, como já falamos, apenas 1(uma) Escola de Ensino Fundamental

e Educação infantil, José Evandro Aires, 03 creches-escolas (Associações); duas *Lan Houses*; duas padarias; o bairro não possui nenhuma farmácia.

Os moradores que encontrávamos durante as caminhadas no Bairro eram pessoas comunicativas, muitas ficaram muito satisfeitas por termos conversado com elas; durante as observações em campo, éramos confundidos com funcionários da Prefeitura, e tivemos que ouvir algumas vezes desabaços e solicitações de serviços, como já falamos acima. Por outro lado, ouvimos também agradecimentos: “obrigado por ouvir nossas histórias”.

A coleta de dados por meio de entrevistas e observações diretas se deu no período de fortes chuvas (março-maio), o que acarretou uma imensa dificuldade de visitar as associações de moradores do Menino Jesus e da “favela”; fomos impedidos de entrar em algumas ruas devido ao acúmulo de lama e mato que se espalhavam por quase todas as dimensões das ruas. Esta pesquisa de campo foi realizada em pleno “inverno”. Neste período do ano, a situação dos moradores do Jardim Bandeirante se agrava de forma gritante, pois as ruas não possuem sistema de esgoto ou qualquer outro tipo de infra-estrutura e saneamento básico, mesmo com o calçamento recém terminado.

Muitos moradores tentam resolver os problemas de saneamento e limpeza das ruas com as próprias mãos, não foram raras as vezes que nos deparávamos com mulheres, crianças e chefes de família, nesse período de chuva, com enxadas, picaretas ou pás tentando melhorar a situação das ruas. Eles mesmos, na medida da suas condições financeiras, buscavam solucionar os problemas que iam surgindo. “Se a gente num se mexer, quem é que vai fazer?” (Senhor Geraldo). Alguns procuravam o último candidato a vereador, suplente, para tentar ajudá-los em suas necessidades. Já era a terceira vez que este líder foi candidato pelo bairro. Mas não conseguia se eleger para ser o representante, apesar de na última eleição, muitos comerciantes locais o terem apoiado.

Talvez devido à precariedade de serviços públicos essenciais, nossa presença os incomodava, em alguns momentos. Uma senhora, costureira, que não quis nos receber quando dizíamos estar fazendo uma pesquisa desabafou:

por que esta empolgação pelo Bandeirante, ninguém liga pra gente"?! Vocês medem as ruas, batem foto, mas nada é feito, a gente continua na lama. Se vocês andam aqui é pra pedir voto de quatro em quatro anos! (Dona Irene, moradora da parte de "baixo").

Outra moradora que trabalha na CEASA declarou-nos:

ainda não cobri minha cozinha porque não tenho dinheiro para comprar 300 telhas. O dinheiro que ganho na CEASA só dá pra comer e mal. Eu não vou pedir a político se não for o meu trabalho não é ninguém. Aqui todo mundo trabalha do pequeno ao grande – mas é uma migalha. O cara lá só quer pagar cinco centavos de real por cada litro de feijão desbulhado. E isso é pra dar graças a Deus – porque nem sempre tem feijão na CEASA (Dona Marta, Menino Jesus).

Os domicílios das três áreas investigadas diferem entre si quanto ao número de cômodos e instalações. Enquanto o loteamento Menino Jesus e a "Favela" não possuem muitos cômodos, no Jardim Bandeirante, propriamente dito, as casas possuem uma estrutura melhor. Constatamos instalações elétricas residenciais perigosas e precárias – ligações elétricas clandestinas – "gambiarras" de água da CAGECE. E quando a água é legalizada pela CAGECE, esta serve para atender mais de duas famílias. Na área do Menino Jesus está acontecendo reuniões periódicas com a CAGECE e a COELCE e Oi telefonia para regularizarem a prestação de serviços nessas áreas, sobretudo no Bairro Menino Jesus.

Percebemos uma vontade muito grande daqueles moradores de "crescerem", "mudarem de vida". Entretanto, não possuem oportunidades de criarem formas competitivas de trabalho e sobrevivência. Mas como muito bem lembra um morador "nós somos abandonados e não possuímos oportunidades; essas firmas nunca têm vaga pra gente, só traz gente de Fortaleza pra trabalhar aí. Por isto eu nem me animo (Seu Manoel).

A casa não é só o lugar de reencontro, o lugar referencial e de trabalho como já falamos, mas é também o espaço por eles aproveitado como o de melhor para o lazer. Em quase todos os domicílios visitados, encontramos um aparelho de televisão. Este é o principal meio de entretenimento e lazer daquelas famílias. O aparelho de som é outro componente importante no lazer; vemo-lo nos bares, ou nas próprias casas – onde são improvisados os bailes *funk*, o forró etc.

De acordo com Dona Fátima, “a gente num tem dinheiro para ir pra festa, faz é tempo que eu não sei nem o que é praia!”. “O lazer da gente é o emprego, a televisão” (Dona Cristina). A igreja também foi citada como o meio de lazer, o lugar onde os problemas da vida são esquecidos. “Agora aqui nós tem o grupo da Felicidade, lá é bom, a gente esquece dos problemas da gente; lá tem doutora, psicóloga, lá elas dança com a gente, eu acho bom, bom demais” (Senhor Maninho).

O bairro possui algumas agremiações, time de futebol e campo *society* onde são pontos de encontro de amigos e lazer. No bairro Menino Jesus (os sem-terra), um grupo de desportistas, recentemente, conseguiu a iluminação do campo, melhorando ainda mais as recreações das crianças à noite e, como já dissemos, diferenciando-se ainda mais do Bairro Jardim Bandeirante onde as pessoas não ficam nas ruas à noite.

Evidencia-se um grande descontentamento daqueles moradores em morar ali, mas este sentimento diz respeito principalmente ao fato de o bairro não ter saneamento básico, ou mesmo segurança. No depoimento de uma moradora que dizia gostar de morar no bairro, também afirmava a idéia de que “estava pagando os pecados ali”. Ainda segundo esta mesma moradora, havia a reclamação de sua família não poder se divertir pelo fato de não só ter condições financeiras, mas pelo fato de não poder sair de casa pelo motivo de sua casa quase sempre ser arrombada ou mesmo apedrejada. Assim se expressa D. Geni: “aqui todo a área é de risco”. Percebemos que as famílias moram ali não porque criaram laços familiares no bairro, continuam ali por falta de outra oportunidade melhor.

Esta descrição revelou “um” olhar sobre o cotidiano e a realidade social do bairro investigado nessa dissertação. Percebemos que é um bairro com configurações diversas cujos modos de ser e de agir dos moradores são extremamente complexos e, algumas vezes divergentes. No entanto, seus problemas convergem em um núcleo comum: a ausência de políticas públicas que privilegiem o diálogo permanente entre as configurações espaciais do próprio bairro.

Muitos dos seus projetos e desejos são levados ao líder comunitário Valdo ou ao “candidato” a vereador, Antenor. Para muitas pessoas entrevistadas, a política é entendida como “meio de vida” e como uma coisa ruim. “Os que se envolvem com política são os ‘come-bóia’, eles querem apenas se aproveitar daquilo que nós temos, o voto” (Chicão). Contraditoriamente, eles esperam que os políticos vão até lá resolver seus problemas. Ou seja, eles desejam que os políticos sejam aqueles que resolvam seus problemas imediatamente. A maior parte dos moradores fala da necessidade de se escolher um líder para o Bairro. Eles comentam que sabem que os políticos só querem seu voto e depois disto desaparecem por quatro anos. Mesmo assim, fazem questão de precisar deles, pois se sentem inertes para mudar o quadro. Fomos confundidos com um “político”: pediram-nos que os ajudassem em alguns problemas locais, como exemplo, pedindo que conseguisse uma “carrada de aterro”.

Neste capítulo, fizemos uma descrição densa das áreas do Bairro investigadas nesta pesquisa. Destacamos alguns aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos do bairro, de forma geral, para que o leitor pudesse ter um “conhecimento” das áreas investigadas nesta pesquisa. Estas áreas resultaram do processo de interação social entre os grupos políticos e dos conflitos vivenciados pelos moradores ao longo dos últimos trinta anos.

Descrever uma realidade social nunca foi tarefa fácil, por que é preciso retratar com fidelidade como que um retrato para quem está lendo, conforme defende Oliveira (2000). A ação de descrever supõe conhecer aquilo que será descrito. O ato de conhecer torna-se complexo quando não temos certeza do que estamos descrevendo.

As dificuldades são muitas vezes amenizadas quando o pesquisador planeja a sua metodologia de pesquisa, coisa que também não é fácil. Seguindo abordagens etnográficas como recurso da observação e interpretação da realidade local, percebemos o quanto é importante os sentidos da visão e da audição, ou como referido por Oliveira (idem), os atos de observar e ouvir são dois fundamentos primordiais para desenvolver as outras potencialidades de pesquisador.

Um dos primeiros passos da pesquisa foi o de ouvir para que, neste último momento, o de escrever, pudéssemos expor não só os dados e as falas dos sujeitos e atores sociais como também as nossas angústias, observações interpretações acerca da realidade investigada. Como bem aponta Oliveira (idem), se remetendo a Geertz “é o escrever ‘estando aqui’, portanto, fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva. Ao ato de lembrarmos de falas que o diário de campo não conseguiu registrar, ou mesmo lembranças dos nossos sentimentos como pesquisador e co-participante de uma esfera social” (OLIVEIRA, 2000, p.25).

Quando pesquisamos grupos de indivíduos, figurações comunitárias e as interações entre eles, a responsabilidade é ainda maior, pois se trata não apenas de falar de números e apresentação de dados puros e precisos. Uma comunidade, por mais simples que ela seja, possui as suas complexidades como organização social. Neste sentido, o ato de descrever é, antes de tudo, uma atividade que exige do pesquisador uma responsabilidade maior, pelo fato de incumbi-lo a uma fidelidade imprescindível no ato de retratar um objeto de pesquisa. Descrever não é simplesmente apresentar de forma fria e bruta os resultados de uma pesquisa, mas acima de tudo tornar claro nas linhas e entre linhas as falas e sentimentos dos atores sociais.

Conforme o entendimento de Oliveira (2000, p.25): “é, seguramente, no ato de escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica”. É o ato de estar aqui, e não mais lá – *in locu* – como alude Geertz (1988) que existem duas etapas no processo de descrever um objeto: a primeira, que procura qualificar como a do antropólogo “estando lá” – viver a situação de campo; e a segunda trabalhar, “estando aqui”. Não obstante, é nesta etapa que se consegue recordar e refletir

acerca do percurso como pesquisador e do processo de construção do objeto de pesquisa, que é histórico e carregado de subjetividade.

No próximo capítulo refletiremos acerca das práticas político-culturais a partir dos dados coletados na pesquisa de campo por meio de observações diretas e entrevistas com membros de associações de moradores, associações creche-escola, “lideranças” e alguns moradores das três áreas no Jardim Bandeirante. A pesquisa de campo revelou a existência de diversos esquemas interacionais, bem como conflitos de interesses envolvendo os grupos e moradores dessas três figurações.

### **CAPÍTULO 3. AS PRÁTICAS E CONFLITOS GRUPAIS NA COMUNIDADE JARDIM BANDEIRANTE**

O Bairro em estudo, inicialmente, loteamento Jardim Bandeirante, tem sofrido vários desdobramentos configuracionais, resultando em novas áreas de convivência e espaços de lutas e jogos de interesse. Antes da pesquisa de campo, achávamos que o Bairro estava subdividido em apenas três áreas, mas identificamos que se erigiu de dentro do Jardim Bandeirante um novo bairro chamado Pajuçara Parque. Como nosso objeto de estudo limitava-se apenas às áreas conhecidas como loteamento Menino Jesus de Praga, a “Favela” e Jardim Bandeirante, não entrevistamos nenhum morador dessa nova área.

Inicialmente, achávamos que o loteamento Menino Jesus de Praga era ainda uma área do Jardim Bandeirante, mas os resultados da pesquisa mostraram que seus moradores reconhecem-se como moradores de um novo bairro. O antigo mapa da planta de Maracanaú trazia em sua divisão administrativa, apenas uma área referente ao bairro em estudo. Atualmente, este mapa está sendo redesenhado devido ao surgimento de novos espaços compartilhados e redefinidos a partir dos conflitos decorrentes das interações comunitárias vivenciadas pelos moradores locais.



Campo Diamantino – divide o Bairro Menino Jesus e o Bairro Jardim Bandeirante. Recentemente recebeu nova iluminação.



Os dados foram obtidos com a observação direta em reuniões das associações, em visitas esporádicas nos espaços de socialização no bairro e por meio de entrevistas semi-estruturadas com a diretoria das associações, moradores mais antigos do bairro e as pessoas que se dizem mais ativas no cenário político local.

A sistematização e análise desses dados nos permitiram a construção histórica da cultura política do bairro em estudo, afinal, este era um dos principais objetivos implícitos perseguidos na pesquisa. Esta pesquisa foi importante porque pudemos compreender a história da política do bairro, ou seja, como os moradores em grupos interagem e lidam com os conflitos intracomunitários, re-configurando o bairro onde vivem e dando novos sentidos e significados à política local.

Inicialmente, fizemos uma pesquisa exploratória para identificarmos os principais tipos de atividades políticas nas três áreas escolhidas (Menino Jesus de Praga, “a Favela” e Jardim Bandeirante). Os resultados desse estudo exploratório confirmaram a existência de diversos espaços interacionais entre os indivíduos locais por meio de atividades que buscam a melhoria da qualidade de vida no bairro. O estudo exploratório nos apontou a existência de diversos conflitos interacionais entre esses grupos.

Os moradores interagem cotidianamente por meio de grupos religiosos, como por exemplo, o Projeto Júlio Emílio (Ordem Religiosa Beneditina), Grupo de Idosos – Grupo da Felicidade; 10 Igrejas Evangélicas, 1 Paróquia da Igreja Católica, 1 CCDS (Associações creche-escola; 3 associações de moradores e 1 Cooperativa de Castanhas de Caju, entre outros espaços comunitários de interação social.

Estes grupos compartilham, sobretudo, atividades direcionadas para dentro da própria comunidade, como exemplo, a limpeza das ruas, atividades que com o intuito de aumentar a auto-estima dos idosos no Grupo da Felicidade; nas associações de moradores são desenvolvidas atividades reivindicatórias para concluir o calçamento e o saneamento das ruas entre outras atividades.

Com relação ao Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), que segundo a Prefeitura seria um espaço para aperfeiçoar o diálogo do Poder Público com a

comunidade local, bem como um espaço onde seriam traçados os elementos mais importantes para o desenvolvimento comunitário, quando perguntamos aos moradores se eles conheciam e participavam de alguma atividade no CDS, ninguém conseguiu responder. A sede desse Conselho situa-se em Pajuçara, mas não há uma interação com os moradores do Bairro e também com as associações. As unidades do CDS funcionam no Jardim Bandeirante, Boa Esperança e na própria Regional.

As falas de nossos interlocutores demonstraram que os movimentos de atuação política no bairro Jardim Bandeirante resultam dos complexos processos de interação social entre os diversos grupos que compõem as três principais áreas do bairro. Tanto a formação de lideranças como o surgimento de associações de moradores, associações de creche-escola são produto da interação dos membros das três áreas envolvidas na pesquisa.

Mas para nos centrarmos no objetivo dessa dissertação, a pesquisa limitou-se a analisar o processo de interação social e os conflitos vivenciados entre os membros das associações de moradores por meio de observações diretas nas reuniões, nos espaços de socialização, bem como ouvindo os discursos de moradores ativos e não-ativos nestas associações, “lideranças” e os presidentes das associações de moradores a respeito dos modos de interação social e os conflitos vivenciados por eles.

A razão principal para escolhermos o estudo das interações sociais e os conflitos entre os indivíduos envolvendo as associações de moradores e outras lideranças indiretamente ligadas a elas foi o fato da origem do bairro está ligada diretamente com o movimento de associação de moradores, inicialmente, ligados diretamente com o movimento eclesial de base.

Os dados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas e de observações diretas nos permitiram, além de alcançar os objetivos da pesquisa, possibilitou traçar a história política do Bairro.

Uma vez que inexistiam outros meios de analisar diretamente a interação social entre os moradores do Bairro, bem como os conflitos, exceto em algumas

reuniões que estivemos presentes, privilegiamos a análise dos discursos de nossos interlocutores. As reuniões estavam suspensas devido ao período de chuvas no Menino Jesus; a sede das associações dos moradores lá de “baixo” (Favela) estava sendo vendida, e a presidente da Associação dizia-se está “cansada” e queria “dar um tempo”. A associação dos moradores do Jardim Bandeirante estava com a documentação atrasada e, portanto, não estava funcionando completamente. Também não seria célere para a pesquisa uma análise nas atas que permitisse uma avaliação formal, procuramos captar nos discursos dos membros participantes das associações os modos interacionais e conflitos vivenciados entre eles, complementados com observações diretas nas áreas investigadas.

Acerca das falas dos informantes, foi preciso pensarmos a respeito de suas invenções, procurando evidenciar microdiferenças e processos identificatórios, a partir de suas experiências interacionais e dos conflitos, refutando qualquer caminho que fosse trilhado sobre o preconceito, uniformização, homogeneização do espaço comunitário. Uma vez que sou morador do bairro há 10 anos, a vigilância diante de nossas prenoções e vícios do senso comum tornou-se uma exigência o tempo todo durante o percurso da pesquisa.

Para se entender o processo de interação social entre os membros do bairro e os conflitos comunitários, foram fundamentais os relatos dos moradores mais antigos do bairro e dos principais desbravadores das matas do Jardim Bandeirante.

### **3.1. INTERAÇÃO, CONFLITO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES**

A gênese do bairro, no início dos anos 1980, está ligada diretamente às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Estas comunidades assentavam-se sobre os moldes da Igreja católica. No entanto, as CEBs, além de se orientarem por fins religiosos, também objetivavam buscar caminhos para moradores populares atuarem diretamente na realidade social, transformando as suas condições materiais. Entre as estratégias usadas para serem alcançados seus objetivos, seus membros incentivavam e ajudavam a fundar associações de moradores ou mesmo apoiar moradores locais a atuarem politicamente em sua vida cotidiana.

As de associações de moradores no bairro estudado foram ou são influenciados direta ou indiretamente por princípios religiosos, sobretudo princípios católicos. Estas associações formaram-se com o envolvimento de moradores das três áreas por meio de grupos de solidariedade, grupos religiosos, objetivando lutarem por melhores condições de vida; estas associações permitiram que eles mantivessem entre si contato com seus iguais, buscassem melhores condições de vida, mas também aprendendo a lidar com os conflitos de interesses resultantes de configurações e disputas de interesses. Isto se dá, sobretudo, porque a

substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam, tomando como referência a infra-estrutura física e social da área que, por sua vez, tem suas determinações nas estruturas fundamentais da sociedade (SOUZA, 2004, p.67).

Grande parte dos movimentos do bairro Jardim Bandeirante surgiu da necessidade dos moradores de se unirem em torno de um objetivo comum, melhorar a condição de moradia no Bairro. A origem das associações de moradores no bairro Jardim Bandeirante remonta ao início dos 1980, por iniciativa de um morador antigo, Senhor Valdo, que fundou o Conselho Comunitário Eclesial de Base, a preocupação inicial de Valdo era “orientar e ajudar as pessoas a buscar seus direitos e crescer isso aqui, porque isso aqui num tinha nada”.

Mas foi na época que os padre chegou e falaram que tudo que o Conselho arrecadasse era da Igreja, tudo que você conseguisse ia pra paróquia, só que o Valdo já tinha a creche, já tinha como montar a creche e botou Complexo Educacional Nossa Senhora Aparecida, e ficou como Conselho até o tempo da eleição [...] a creche funcionou durante muito tempo no terreno da família dele, depois eu num sei por que ele saiu de lá, NE/ aí quando chegou o tempo de terminar o mandato é que teve a nova diretoria aí nós fizemos nova eleição, foram montadas três chapas, onde a nossa chapa foi a vencedora, tivemos 482 votos, a vencedora foi a conde Le ide, ma infelizmente não foi validada a eleição porque não foi registrada, a presidente se afastou nessa época, aí nós conseguimos o terreno nessa época em 1992, durante todo este tempo todinha ele (Valdo) foi quem mandou em tudo aqui no bairro. parte da nova, aí o Valdo quando perdeu continuou na creche dele, mas ficou recebendo recursos como se fosse ainda o Conselho Comunitário, só a creche era dele, aí ele acabou ficando com a creche pra ele; o meu marido sempre diz que aquela creche era pra ser da Associação, mas ninguém sabia, era todo mundo leigo no assunto, aí agente deixou pra lá. (...) aí a presidente resolveu abandonar, entregou pra outra que também não quis, aí acabou-se, aí foi quando nós, meu marido sempre gostou de trabalhos comunitários, aí se juntou-se ele e outros em 1995 e fundou a Associação (Conceição).

Inicialmente, não havia sede própria, as reuniões aconteciam de casa em casa, uma vez que conforme relato de Dona Conceição, membro na época, “era formada apenas por um pequeno grupinho, e só o que o Valdo falava era o que a gente fazia”; à época, o município de Maracanaú ainda não havia se emancipado de Maranguape, por isto “ninguém se importava muito com as coisas do bairro”.

De acordo com Dona Conceição,

O problema é que ninguém procurou se associar, que a associação vive dos sócios, ela se levanta através dos sócios, aí se a gente num chega junto também, onde a gente conseguiu também muita coisa, conseguimos também este terreno; isso aqui foi nós do nosso bolso, isso aqui foi o Zé Rodrigues, foi o meu marido, foi o seu Zé Lopes que fez as paredes que ele é pedreiro... o terreno foi o senhor Reginaldo de Borba Vasconcelos, vamos fazer um ano de mensalidade cada qual paga um.

Quando solicitávamos para que o morador apontasse os motivos de não participar das reuniões da Associação Moradores do Bairro, um morador pediu para fazer um depoimento, um desabafo, que mostrou fortemente o seu sentimento de desconfiança e descredibilidade com aquele tipo de atuação política no bairro. Com tom nervoso, descreveu suas atuações como morador e como fundador do bairro, já que mora há mais de 27 anos nele: “não participo porque parecer coisa de família, a mulher é a presidenta, o marido é o vice-presidente, os filhos são os secretários, o que é que eu vou fazer numa coisa dessa”?!



Fonte: pesquisa direta; foto: Roberto da Silva Júnior

A fala a seguir da Presidente da Associação de moradores do Jardim Bandeirante esclarece melhor o sentimento do morador acima, visto que estava previsto no estatuto da Associação eleição em março deste ano para escolher a nova diretoria da associação, mas a presidenta declarou que:

eu não vou abrir mão, porque o pessoal num aparece, num participa pra nada, aí quando tem eleição chega junto todo mundo querendo participar, eu não aceito, porque hoje mesmo eu fui para uma reunião lá no Timbó, inclusive me chamaram pra ser uma das conselheiras no Pólo, e eu aceitei, alguém foi participar comigo, vai, não, aí quando chega o dia da eleição todo mundo chegar pra ser candidato, eu num abro mão não.

Segundo outra “liderança” no Bairro, Antenor, vereador suplente do Partido Verde (2009-2012), disse que não procura mais a Associação que ajudou a fundar “porque são pessoas que só pensam em dinheiro; eu mesmo já bati nestas associações todas, mas não consegui nenhum apoio porque eles apenas querem dinheiro”.

Contrastando com o relato do informante acima, dona Conceição, atual presidente da Associação, disse:

então o que que falta, é, ah, é a comunicação é o convívio com a comunidade, porque a comunidade unida eu sempre falo, se fôssemos uma comunidade unida, porque o que existe aqui é desunião. Desunião de pessoas. Aqui nós temos a Associação, fica dum lado, o grupo da igreja fica de outro; nós temos vários evangélicos fica de outro lado; e o bairro fica com o quê? Com a desunião. (...) não falta convite da Associação para vários grupos do bairro, então falta de convite não é. A gente fez um trabalho ano passado convidamos vinte três entidades que temos aqui no bairro, vinte três entidades, a gente bota no papel mesmo e vai convidar de porta em porta, juntamos pessoas da favela, convidamos pessoas daqui, pessoas do menino Jesus, posto de saúde, evangélicos, grupo da felicidade, creches-escolas pra fazermos um trabalho juntos, nesse dia vêi dez pessoas; e a gente andou de casa em casa convidando pessoas para participar da reunião. Era um trabalho de união que a gente ia fazer. Então acho assim, tem o grupo de bombeiro que faz o trabalho na casa de formação, aí tem gente que diz que, ah, eu num vou, é muito restrito, é uma coisa fechada, porque você ver um portãozão grande ali, mas ta lá dentro, a pessoa se sente, ah, eu num vou não, num me cabe não.

Quando perguntado como é que se dá o relacionamento entre os membros da Associação, dona Conceição responde:

Hoje nós temos um trabalho dentro da associação, eh, nós temos um grupo de caratê, que ele treina periodicamente dentro da associação na semana, e nós temos um grupo de 65 alunos, nós temos contato com os pais desses alunos, é os nossos principais aliados; são os pais da nossa caratê clube samurai (...)

Como se depreende desse discurso, as ações desenvolvidas na Associação acabam sendo uma estratégia para manter um contato permanente entre a diretoria da Associação e alguns moradores do Bairro. No entanto, a Associação não tem conseguido obter êxito, ou seja, aumentar o número de participantes no Bairro porque, como já foi demonstrado acima, a Associação é tratada como uma instituição que atende aos interesses particulares de seus membros. Presenciamos durante uma das entrevistas na casa da presidente da Associação, vários troféus do Clube Caratê e outros quadros de premiação sendo exibidos durante a entrevista.

é uma entidade que tem o apoio de dentro da Associação, como participa de campeonato, você tá vendo, isso aqui é tudo de nossas competições que nós levamos nossos alunos, ali tudo é foto que eu tô selecionando participação de eventos, meu menino foi agora pro norte-nordeste no Rio Grande do Norte e tirou o segundo lugar em Katar, e aqui ninguém ver isso, ninguém reconhece, porque o caratê não é tido como esporte aqui no Município (dona Conceição).

Além disso, esta Presidente afirmou que o Clube Caratê acaba significando uma renda extra para sua família, pois é ela mesma que confecciona os uniformes dos alunos do clube Caratê, cobrando R\$ 60,00 por eles.

Com relação às atividades concretas desenvolvidas pela Associação de Moradores, a líder comenta:

Nós temos também o grupo de teatro que ta sendo feito dentro da Associação que é um grupo que veio do colégio, e no colégio como num tem um acesso mais aberto, então a menina que ensina lá pediu espaço, nós tamo também com o teatro, tem muito aluno participando dentro da associação com as aulas de teatro e ta um trabalho muito bonito. (...) a gente fez também o trabalho sobre a dengue, né; o ano passado a gente fez um trabalho sobre a dengue; esse ano ainda não foi feito por de tempo, porque é feito esse trabalho que é feito pelo sobrinho que é o vice-presidente da associação. Aí ele teve um trabalho, ele teve um curso de aperfeiçoamento na Secretaria de Meio Ambiente, nós passamos a semana fazendo curso, para que a gente pudesse fazer este trabalho aqui na comunidade (...) nós escolhemos uns alunos do caratê e botamos nas ruas para que eles fossem botando saco plástico, fossem fazer o trabalho de divulgação no bairro, nós conseguimos um bom trabalho com isso; só que o Aneíldo trabalha, né, ele trabalha à noite, aí o dia ele tem de dormir, aí isso aí dificultou pra gente. A gente não tinha o transporte pra gente vender o nosso material reciclado; às vezes a gente alugava um carro quando a gente recebia (...) essa era a nossa principal fonte de renda, pra você ter uma idéia, quando no ano trazado nós levamos um grupo de 25 alunos do Caratê Clube Samurai pra Banabuiú todo através do reciclado, ninguém num pagou ônibus, ninguém num pagou nada, o dinheiro foi todo através do dinheiro do reciclado... (dona Conceição).

### 3.2. A FIGURA DO LÍDER PARA MEDIAR OS CONFLITOS NOS PROCESSOS DE INTERAÇÃO COMUNITÁRIA

Com relação ao líder do Bairro, existe um sentimento ambivalente e que gera motivos de desconfiança, uma vez que os moradores não se sentem representados por ele; os moradores entrevistados desejam demais um representante para seu bairro, é consenso que os moradores acham que o melhor caminho para o desenvolvimento do Bairro é por meio de uma liderança forte que possa ir à busca de melhores condições de moradia no bairro. Este líder desempenharia também o papel de coordenar os conflitos e interesse nas três áreas do bairro.

Para o Pastor Campos,

É preciso que tenha uma pessoa tipo um porta-voz, tipo um líder comunitário, que realmente chamasse pra perto o povo e fosse atrás dos seus direitos, eu creio que talvez ta faltando isso aqui, alguém que venha unir, chamar e lutar pelos seus direitos, porque todos nós temos os nossos direitos, e aí a gente tendo um líder seria um líder do bairro do Jardim Bandeirante, ele num ia priorizar uma área, ele ia ter de juntar todos e ia ter que lutar por todos, esses líderes busquem também conscientizar a população sobre seus direitos.

Na última eleição, 2004, poucos candidatos a vereador adentraram no Bairro para angariar votos, mas em 2008, muitos candidatos de outros bairros, conquistaram espaços nas três áreas do bairro; foi um momento diferente na história política dele, pois houve um momento de aproximação entre algumas “lideranças” até então inimigas, como exemplo, Valdo e Antenor. Mesmo com essas aproximações, o candidato “do Bairro” conseguiu apenas ficar na suplência de seu Partido.

As entrevistas mostraram também que os moradores não sabem ao certo o que está acontecendo com o candidato do Bairro, “não sabemos se ele foi eleito”, “ele já é o vereador do Bairro?”, “olhe, eu só num vou processar ele porque eu tenho pena dele, mas isso aí é crime, ele num é vereador de nada não”. Na realidade, o que está sendo articulado Antenor (Partido Verde) é uma articulação de colocar o Lucenildo (Partido Verde – eleito) para uma Secretaria e colocar Antenor para ser o vereador (Valdo). O próprio Antenor, no pleito passado (2004-2008) também negava ser candidato do Bairro. Esse fato enigmático revela a grande preocupação, que



tratamos aqui, dos moradores em torno da figura do líder e seu papel no Bairro; seria de um representante para as três áreas do Bairro? Para alguns moradores, o papel dele seria de não apenas representar o Jardim Bandeirante, mas de todas as três áreas.

Quando pedimos para os moradores falarem da interação entre associação e o “líder” do Bairro, candidato a vereador, ouvimos respostas que focaram, em sua maioria, os seguintes aspectos:

Por que o representante que assumiu a liderança do Bairro não assume a liderança da comunidade. [...] Porque ele não procura. Nós temos o candidato que foi candidato a vereador, que ganhou, que diz que ganhou, a gente num sabe o que foi, se ganhou, se num ganhou, eu num sei ainda, ele num diz, ele assume, num assume, fica aquilo. Acho que ele num assume porque é pelo trabalho que ele num assume na comunidade que deveria assumir. Por quê? Ele num precisava sair de nossa comunidade pra pedir voto lá pra outro canto não, aqui a gente tinha condições de ele se eleger, mas ele num procura as lideranças. A falta dele aqui é que ele num procura as lideranças. Nós, eu digo, nós aqui, porque nós somos liderança, e a gente num tem acesso a este candidato, a este vereador. Então, eu digo nós não temos representante político na nossa comunidade (Dona Conceição).

Muitos moradores não se sentem seguros para aceitar Antenor como líder do bairro, mas também não apóiam nenhum outro candidato do próprio local, na última eleição, como já frisamos. No entanto, o Bairro conseguiu atrair votos para muitos outros candidatos de outros bairros, pra os moradores isso significa:

porque nós num tem um líder que possa nos representar, eu num vou votar num cachaceiro que só vive bebendo cachaça e jogando baralho no meio da rua, ele é um analfabeto, ele até falsificou o seu diploma de 1º grau, ele num sabe de nada não, por isso eu num votei nele? (senhor Ribeiro)

Nesta direção, moradores do lado de “baixo” do bairro, “a favela”, dizem que o vereador, ou suposto vereador,

ele deveria não apenas fazer o papel de vereador do bairro, ele num é vereador apenas do bairro, mas de todo o Maracanaú, talvez se ele fizesse isto, ele fosse mais valorizado aqui dentro, teria mais respaldo (Dona Magda).

Para (BORGES, 2003, p.47):

o líder comunitário deve estabelecer a visão da comunidade, compartilhando com o grupo essa visão, ao analisar seus problemas sob vários ângulos, tendo consciência dos diversos interesses em jogo, muitas vezes conflitantes, favorecendo o diálogo, o debate público e aberto e procurando

os pontos de concordância em torno dos quais é possível estabelecer uma atitude cooperativa.

No Jardim Bandeirante, pelo que se percebe, o líder tem assumido um papel menos de articulador das reivindicações dos moradores do que uma incansável busca por apóio político para si mesmo em detrimento do bem comum do Bairro. Para o líder atual do Bairro, pouco importa o que as outras pessoas estão fazendo; para ele, o Bairro possui alguma coisa porque “fui eu quem consegui”, “graças a mim, o bairro tem aquela avenida”.

Em uma comunidade, a liderança surge como uma necessidade imperiosa na condução das reivindicações e nas discussões dessa comunidade e no auxílio às pessoas que fazem parte do grupo a exercerem sua cidadania de modo ativo (BORGES, 2003, p.45).

Ainda segundo este autor (BORGES, 2003, p.45),

Para uma comunidade ter voz e vez é preciso que seja organizada. Esse processo de organização vai depender muito das lideranças que surge no seu decorrer. Quando a liderança surge de modo espontâneo, pelas qualidades do líder o processo funciona bem.

Em particular no Jardim Bandeirante, essa espontaneidade não aconteceu, uma vez que devido às condições precárias do bairro com relação ao calçamento e saneamento básico, o Senhor Antenor conseguiu “pó de ferro” na empresa que ele trabalha até hoje para ajudar a reduzir o problema da lama na rua, dessa forma, ele tomou para si a figura do líder do bairro.

Quando o líder do grupo ou da comunidade centraliza todas as funções, qualidades em sua figura, e entende que sua importância é sagrada, seus interesses individuais estão acima dos interesses da comunidade ou sequer suas ações podem ser questionadas, ficando os moradores dependentes das ações e dos acordos políticos desse líder, uma vez que perpetua a figura do líder vícios e erros na condução dos grupos.

A alternância de liderança sempre é bem recebida, mormente quando se necessita adaptar-se ao constante e rápido processo de mudança que ocorre em todo o mundo. O líder comunitário atua, portanto, como um elemento catalisador, devendo ter consciência de seu papel como interlocutor dos interesses da comunidade, nas relações estabelecidas com o Estado, com o mercado, com a mídia, com as universidades, com ONGs, com as comunidades religiosas, com outros grupos e setores da sociedade civil, encaminhando as reivindicações e falando em nome de toda a comunidade (BORGES, 2003, p.45).

Antenor afirmou ser a pessoa mais indicada para ser o líder para integrar as áreas do Bairro e defender os interesses de todo o Jardim Bandeirante, que para ele, “não existe diferença”. Ele assume esse papel porque diz: “eu conheço a política de Maracanaú”. De acordo com sua fala é uma política de troca de favores e votos. O fato dele não possuir dinheiro para campanha o obriga a fazer uma política de troca de favores.

Quando indagado acerca de sua interação com as associações locais, ele declara o seguinte:

Eu mesmo ajudei a fundar esta Associação, mas é uma Associação que não é regularizada pela Prefeitura; a Câmara exige que seja todas legalizadas para poder fazer as coisas. Também nenhuma associação aqui tem me apoiado. Eu mesmo já bati de porta em porta nestas associações aqui do bairro e nenhuma aqui me quis receber. Tenho apoiado candidatos de outros lugares. Tudo isto porque eles querem é dinheiro – coisa que eu não tenho.

Contrastando com o candidato a vereador (2009-2012, Partido Verde) suplente acima,

Já fundaram aqui no Jardim Bandeirante em torno de 10 associações de moradores aqui no Bandeirante e fecharam porque, porque associação de moradores num dá nada, num dá recurso, associação num dá condições de tu comer, de vestir, nem de comprar calçado, associação é como igreja, se tu botar alguma coisa lá dentro a igreja cresce, se tu num botar nada dentro nunca vai pra frente; se alguém colocar uma associação pensado em dá dinheiro, ta enganado, associação num dá lucro... a igreja católica dá dinheiro? Dá não, porque tudo o feito lá dentro é a comunidade, então num entra dinheiro lá... associação de moradores não dá, renda, o que existe é algum tipo de parceria que a gente conseguiu algum coisa... eu mesmo ajudei a fundar mais de 30 associações e sempre dizia pra eles, olha, associação de moradores não dá lucro (Valdo).

Antenor reitera:

O povo tem tido uma grande importância para as melhorias do bairro, porque eles têm correspondido com voto, as pessoas que a gente tem apoiado. Então estas associações vêm até a gente querendo dinheiro, a gente num tem dinheiro, a agente tem projeto – você ver aqui, minha casa não tem nada. Faz tempo que eu tento terminar aquela outra casa e não consigo terminar porque um chega pede isso pede aquilo e eu não tenho dinheiro.

Perguntado acerca de seu papel no Bairro, esse vereador suplente afirma que é a principal liderança para representar o Bairro e conseguir benefícios para o local porque ele sabe como funciona a política no município.

Tudo que tem aqui nesse bairro fui eu que consegui – do o pó de ferro ao calçamento agora foi eu que consegui – e temos projeto para asfaltar ruas e fazer o saneamento das ruas (...). A Avenida Edson Queiroz, que liga Pajuçara ao Bandeirante fomos nós que conseguimos com Tasso que conseguiu uma emenda, mas nós tinha que conseguir uns votos pros seus candidatos. É sempre assim a política, a gente tem que dar alguma coisa para receber. (Antenor)

No Menino Jesus, o presidente da Associação converge seu pensamento nesse mesmo sentido:

Eu hoje eu tenho conhecimento de Associação maior do que qualquer pessoa que exista aqui dentro; e eu for chegar pra eles e for dizer isso, eles vão achar que eu estou me exibindo, agora, por quê? Porque eu me aperfeiçoei, eu procurei aprender, eu procurei saber o que era uma associação, eu procurei me entrosar, não só da base que eu trabalhava, eu fiz curso eu procurei me aperfeiçoar diversas vezes. Eu hoje eu sei tudo sobre cooperativismo (Valdo).

Góis (2005, p.73) demonstrou um entendimento divergente acerca desse ponto de análise:

[...] o desenvolvimento comunitário implica, em sua condição de sustentabilidade, o desenvolvimento do sujeito da comunidade, aí significando que o desenvolvimento vai no sentido da conscientização e da cidadania, perspectiva que impede o simples ajuste dos moradores da comunidade aos interesses externos de desenvolvimento daquela região, município ou comunidade.

Quando o líder se acha no direito de ele sozinho fazer a política pelos outros, ele está alimentando o desinteresse pela política do bairro, e a política acaba sendo apenas uma política de cunho partidário e/ou pessoal. Outros meios criativos de participação política são desprezados e as transformações comunitárias desaparecem, reproduzindo estruturas interacionais autoritárias que inibem o surgimento de novos grupos políticos. Quando perguntamos à presidente da Associação de Moradores do Jardim Bandeirante por que muitos moradores não participam ativamente na Associação, ela respondeu da seguinte maneira:

Porque para a comunidade, a associação não vale nada. [...] até hoje, a gente busca, a gente faz reuniões, a gente convida, principalmente, as nossas vizinhas, as vizinhanças da associação, a gente convida, a gente fez um trabalho. Há dois anos atrás, lembra da limpeza do Bairro, foi através da Associação; ali fomos nós que buscamos, todos os dias a gente tava na Secretaria, foi uma participação dos membros da associação, mas só que foi o trabalho foi por membros da comunidade [...] que queriam trazer firma, essas coisas, você sabe; mas nós não aceitamos, a gente queria a comunidade trabalhando para ganhar um dinheirinho aqui dentro da nossa comunidade, como a gente ganhou já por dois anos. E a gente quer isso, a participação da comunidade; a gente acha porque tem muitas pessoas que

acha que (silencio) a gente não tem um representante, como nós realmente não temos, nós não temos um representante da comunidade; aqui no Bandeirante nós não temos um representante (Dona Conceição, presidente da Associação de moradores o Jardim Bandeirante).

A presidente da Associação de moradores do Jardim Bandeirante, dona Conceição, nos informou que a principal estratégia a partir desse ano seria um trabalho de conscientização dos moradores do bairro, para formar suas lideranças em cada rua. Para ela seria um trabalho importante, posto que aproximaria as pessoas e permitiria os moradores manter contatos e trabalhar juntos em prol do desenvolvimento do bairro.

Agora nossa meta é procurar as lideranças das ruas, a gente vai fazer assim um trabalho de liderança de rua; pra que cada rua possa trazer o seu manifesto; porque com isso eu já falei com o Secretário, porque ele acha melhor trabalhar assim, porque ele diz que toda vez que eu chegar aqui, Doutor eu quero a limpeza de todas as ruas; porque se cada líder de rua disser o que ta faltando em cada rua, aí fica mais fácil pra gente chegar lá no Secretário e ver o que que ele faz. Então eu quero que cada rua tenha o seu líder no Jardim Bandeirante, Menino Jesus não porque lá tem a sua associação; a Prefeitura entende que o bairro é assim, separado. Embora, eu sempre digo, eu não sei por que um bairro tão pequeno com três divisões, que no mapa num existe divisões. Aí agora, tão querendo tirar o posto de saúde, pra colocar num canto que atenda todo mundo. O loteamento Pajuçara, agora, faz parte de que? É Pajuçara ou menino Jesus? (Dona Conceição).

Com relação à falta de participação dos moradores na Associação de Moradores, dona Conceição também apontou que os trabalhos da igreja seriam responsáveis por isso. Segundo ela,

eles puxam muito pro lado de igreja, eu mesmo vivo dizendo pra eles... também a questão dos bombeiros que conseguem chamar muito a atenção no bairro, o povo acha melhor participar dos bombeiros do que das associações de moradores; a gente chama, aí eles dizem que, tá bom eu vou dar um olhadinha, mas nunca aparecem, mas quando tem uma festa, aí sim , logo chegam junto, me cobraram a festinha das mães; eu digo assim, vocês acham que a associação é só quando tem festa, aí vem todo mundo, todo gente junto, todo mundo ta ali, todo mundo sabe onde é a associação; como agora, ah tia, você nem vai fazer a festinha das mães; fiz não meu filho porque a gente não tem ajuda de ninguém, como é que eu vou fazer uma festa pra todo mundo no dia da festa aí todo mundo vem só porque tá tudo arrumadinho, ta bonitinho (Conceição)

O outro presidente também concorda com esse ponto:

(...) nós aqui faz carro som aqui pra convidar você lá na sua casa pra você participar. Tu bota o carro na frente de 7.000 casa aqui, eu gasto R\$ 150,00 pra fazer essa divulgação, bota lá 50 cadeira na Associação, vai seis

peessoas tua rua, mas se divulgar que vai ter um caminhão dando cesta básica aqui no metro, aí pode preparar 3.000 cestas que aí vem tudim que dá tudim as cestas e ainda falta, então aí é o grande problema (Valdo)

De acordo com a Presidente de moradores do Jardim Bandeirante,

O nosso maior anseio aqui na Associação é que as pessoas participassem com a gente pra que juntos nós fossemos buscar melhorias mais e mais porque aqui a gente ver as dificuldades pra acontecer as coisas, pois como a gente sempre fala nas reuniões, gente, se nós nos unirmos, a gente trabalhar juntos, nós temos como ir buscar ... por exemplo é como eu sempre falo, eu sempre vou pra câmara vou assistir, o que que eles estão fazendo lá, nada, e com eu tenho acesso, que eu digo que tenho acesso à Secretaria de Obras, tenho, eu chego lá, eu falo com o Secretário de obras, na hora em que eu chego, eu falo com ele; pra você poder falar com o vereador daquele você precisa marcar o dia e arrodar pelo outro lado, se puder te receber, se ele poder marcar bem, é muito melhor você ter acesso a uma Secretaria dessa do que você procurar um vereador (dona Conceição).

No entanto, para Valdo (Presidente da associação Menino Jesus), aquela Associação nunca vai obter êxito:

A Associação de Moradores do Bairro Jardim Bandeirante invadiu um terreno que foi doado pela Associação Espírita Cearense para fazer um posto de saúde, eu acho ele não foram ajeitar a documentação daquilo. (...) Lá, a Ceixa nunca vai botar pra frente porque ela tem o desejo de ir embora pra terra onde o marido dela trabalha em Sobral, o fie dela num vai tomar contar daquilo, Caratê num dá pano pras mangas, não; aquilo num vai ter um retorno social. Quem tem um briga grande com ela ali é o Antenor, o Antenor mesmo já tentou tomar aquilo dela, ele até pediu pra eu preparar um documento daquilo ali, aí eu disse que Associação não se toma; você pode ter num bairro 50 associações num tem problema nenhum não, as pessoas vão pra onde você tem um trabalho. Então, é essa questão, ela é muito autocrítica. Então, essa autocrítica dela é que fecha algumas portas pra ela.

Para Valdo, para uma associação de moradores ter sucesso tem que se afastar dos conflitos:

[...] o conflito num existe não, o conflito existe quando os associados ou a diretoria da associação quer aprontar um conflito, que eu acho que a situação que nós estamos vivendo em Maracanaú hoje (...) se você partir para um conflito você num consegue nada, você num vai ser chegar em lugar nenhum, isso num é só dentro de uma associação não, é dentro da tua casa, lá onde tu estuda, lá onde tu participa, certo, tem que ter cabeça no lugar, eu acho se você quer conseguir qualquer espaço, qualquer benefício, você tem que procurara dialogar conversar, sem briga. Quase 99% do que tem aqui dentro foi conseguida através da associação, mas num foi com briga, foi sentando na mesa, senta e conversar e procurar a solução.

Tal tipo de afirmação parece-nos revestido de uma concepção de que o conflito é algo negativo, visto que, segundo nosso interlocutor, a existência desse conflito anula as possibilidades de conquistas para o Bairro. Reflete a crença

generalizada de que a existência de conflitos não permite a transformação da realidade, melhorando a qualidade de vida. Embora possa parecer maléfico, é a partir do conflito existente que nasce a necessidade de diálogo entre os grupos que interatuam no Bairro. Existem estudos que comprovam que a idéia de conflito distingue-se da concepção de violência ou de briga. Também se atentarmos para as colocações de Simmel (1983), veremos que o conflito é imanente ao encontro de grupos e indivíduos e será por meio dele que surgem novos grupos, novas atitudes e novas ações que re-definem os padrões pré-estabelecidos na comunidade.

Quando inquirido por qual motivo poucas pessoas participam na Associação de Moradores do Jardim Bandeirante, o vereador suplente disse:

acho que os moradores também não participam nas associações porque sabem que não consegui nada. Porque, olha, eu vou lhe dizer como é que funciona a política aqui em Maracanaú. A gente pra conseguir alguma coisa, algum benefício é preciso a gente apoiar com voto outras pessoas. Se você não consegue voto pra ninguém aqui dentro fica difícil a gente conseguir melhorar nossa situação aqui dentro (Antenor).

Para o presidente da Associação de Moradores, entende que a participação dos moradores deve ser priorizada para as pessoas mais velhas:

(...) é o seguinte: a nossa associação tem mais é pessoas velhas, todas as pessoas são de uma certa idade, eu vejo assim, pra cara fazer parte de uma associação, ele tem de ser mais velho do que eu, tem que ter interesse pelo próprio bairro, morar no bairro, na secretaria e na tesouraria a pessoa tem de ser de confiança, que saiba ler e escrever e tenha tempo.

O grupo da Felicidade tem seu papel de destaque dentro do Bairro, visto que gera conflitos e ciúmes entre os moradores e membros das associações. Seu Maninho nos informando a respeito da história do bairro, nos relatou a importância do Grupo da Felicidade para a auto-estima das pessoas idosas. Este grupo, por lado, é valorizado pelos moradores mais antigos do bairro e mais idosos, mas não é visto de forma positiva pelos grupos de associação, pois reproduz um modelo passivo dos moradores do bairro, porque “eles só pensam em ficar na igreja, em fazer as coisas da Igreja, associação para eles num tem valor” (dona menininha).

O grupo do CCDS, procura resolver os problemas do bairro de forma assistencialista e imediatista por meio de cestas básicas. O grupo está apenas se

iniciando no bairro e funciona como um suporte para apoiar o Programa Ronda do Quarteirão.



Conselho Comunitário de Defesa Social - CCDS.

A pesquisa revelou que o tipo de ações políticas no Bairro relaciona-se diretamente com a compra de votos e troca de favores entre candidatos. Existe um rodízio na trocas de favores, o candidato a vereador do Bairro afirmou porque ele não acha que o caminho do associativismo é viável para o desenvolvimento do Bairro.

### **3.3. A INTERAÇÃO ENTRE AS ÁREAS DO BAIRRO – MOVIMENTOS SEPARATISTAS?**

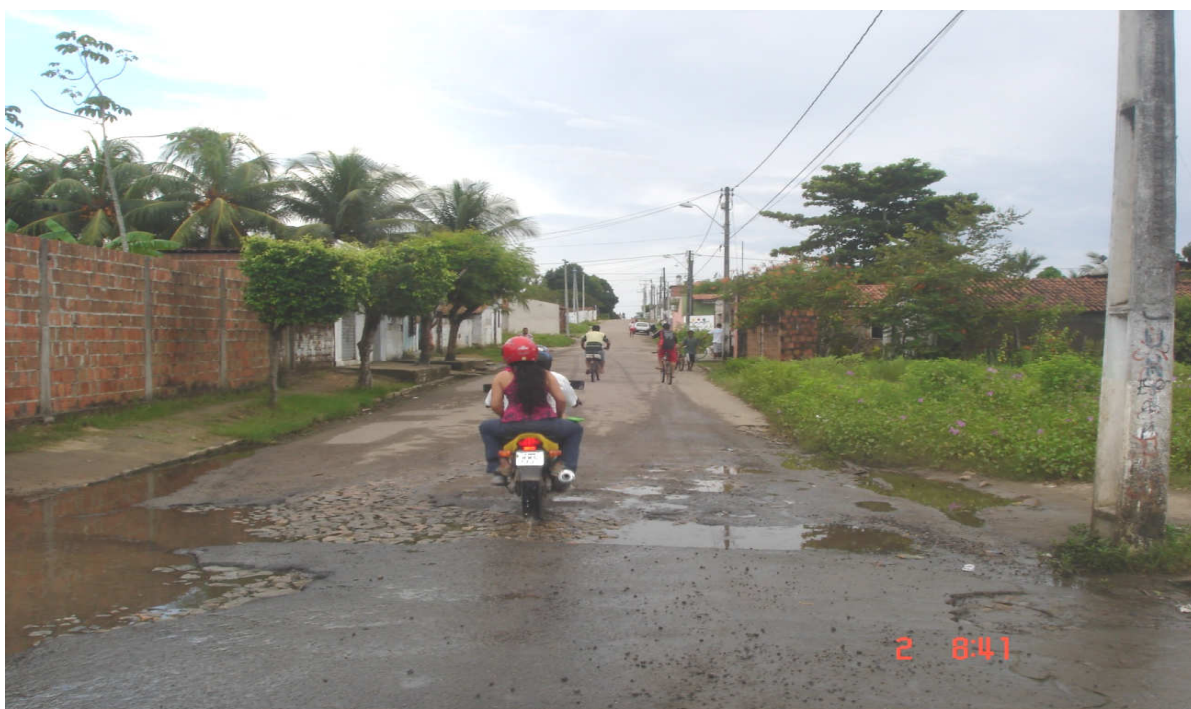
Os membros de outra associação têm um sentimento separatista muito forte. Eles fazem questão de reiterar que são moradores do Menino Jesus de Praga. No entanto, este processo separatista não se dá em uma única mão, é processo de reconhecimento (BOURDIEU, 2007) e de aceitação ou não pelos próprios moradores (GOFFMAN, 1988). De acordo com os estudos de Certeau (1995, p.34), “a toda vontade construtiva são necessários sinais de reconhecimento e acordos feitos acerca das condições de possibilidade, para que seja aberto um espaço onde se desenvolva”.



É porque na outra vez que nós fizemos um trabalho junto, houve algumas coisas lá, não foi aqui; os que vinha de lá e não trabalhou com a gente num queriam ficar lá, e a presidenta lá achava ruim porque dizia que a gente tava buscando as pessoas na sua associação, mas num é não, assim, é porque às vezes, eles sempre falavam com a gente, Dona Conceição, a gente gosta de trabalhar com a senhora porque lá num tem esse diálogo; aí eles chegavam aqui, aí, ó, o trabalho vai ser assim, vai ser assim, vai ser assim, ta bom assim pra vocês ta, então, vai ser assim, e lá, às vezes queriam exigir, mandar, sabe assim essas coisa, como agora mesmo, essa semana passada, a menina lá do CRAS ligou pra cá pedindo pra que mandasse 30 pessoas, né, pra lá, aí eu fui lá no Menino Jesus, convoquei a Ana, convidei ela; - Ana! Convide o seu pessoal do Menino Jesus e mande lá pro CRAS pra que a gente possa fazer o mesmo trabalho igual ao ano passado. Aqui eu não distingo Favela, tudo é Jardim Bandeirante, porque a gente fez um trabalho aqui no Jardim Bandeirante, todo o ano passado nós começamos Conceição).

Para a Presidente da Associação Criança e Cidadania da “parte de baixo”, dona Magda,

quem fez a separação do Jardim Bandeirante foram os “donos” do poder local, foram eles que criaram essas separações e isso tem prejudicado muito o desenvolvimento do bairro, uma vez que “eles repartiram o bairro, eles disseram você fica com a parte lá de cima e eu fico com esta parte de baixo, você num cuida aqui, você cuida lá.” (Dona Magda) Esta moradora que mora na parte de baixo desse que esta é a causa para o Jardim Bandeirante ser tão separado nas três áreas.



Final da Rua Capitão Justino. À frente, área “nobre” do bairro, a “Aldeota”. Nesse ponto, início da “Favela”.

Para Sousa (2004, p.67),

uma mesma área de moradia pode abrigar mais de uma comunidade se os interesses e preocupações dos grupos e subgrupos aí existentes tiverem por base condições existentes diferentes como estrutura de produção de bens materiais da sociedade.

Por seu turno, Bourdieu (2007, p.114) demonstra que:

a fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na 'realidade' segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxonomia trata como semelhantes).

Com relação à Associação de "baixo", não é reconhecida como associação:

[...] que eu saiba aqui no bairro só existe uma associação de moradores; existe uma associação de moradores; do Bandeirante só existe esta associação, em relação ao Menino Jesus é lá, o que conheço é associações de creche, aí associação de creche têm vários, mas será que é a mesma coisa de associação de bairro, não é, porque associação de moradores do meu conhecimento só existe associação dos moradores do Jardim Bandeirante e Associação do Menino Jesus de Praga, em "Baixo" não existe Associação de Moradores (dona Conceição).



FIGURA 5 – Avenida Chanceler Edson Queiroz dividindo o novo bairro Menino Jesus de Praga (à direita) e o bairro Jardim Bandeirante (à esquerda); no final da Avenida (à frente) encontra-se o bairro Pajuçara. Foto: Roberto da Silva Júnior.

Na figura acima, a avenida, agora já concluída, separa as duas áreas no Bairro. Do lado direito está o loteamento Menino Jesus de Praga e do lado esquerdo, o bairro Jardim Bandeirante. Esta avenida que construirá interligando os bairros Jardim Bandeirante, Menino Jesus de Praga e Pajuçara.

Esta avenida também tem gerado conflitos em torno de sua construção, uma vez que os moradores disputam o *status* de ter lutado por sua construção; para os dois presidentes da Associação Bairro Menino Jesus, a avenida foi uma consequência de suas reivindicações e uma longa luta há mais de quatro anos.

Fomos nós que reivindicamos esta avenida desde 2005, porque nós tava aqui ilhado, é muito difícil nossa situação aqui, você vê a nossa situação aqui no bairro, distância pra gente pegar ônibus é muito longe, no Bandeirante, lá na pista, perto da Vicunha, aí nós pedimos pras empresas de ônibus, mas aí eles disseram que só passavam aqui se tivesse condições, uma pista, aí foi que a gente conseguiu isso aqui, passa ônibus todo tempo (Dona Ana).

Por outro lado, o líder Antenor defende que foi ele quem lutou sozinho por essa obra, pois prometeu alguns votos em troca dessa obra para os candidatos que Tasso apóia.

Foi Tasso que conseguiu uma emenda pra nós aqui, é por isso que a gente num pode falhar com esses candidatos, porque nós num temos dinheiro para fazer nossa campanha, estes candidatos vêm e dão o maior apoio pra gente. Aquela obra foi sim, luta minha, eu num trabalho só pra uma área não, eu trabalho para todo o Bandeirante, e aqui num tem nenhuma divisão, aqui tudo é Bandeirante (Antenor).

A avenida também está inserida em uma grande questão de fronteiras, uma vez que interliga o Bairro ao Distrito de Pajuçara, que está em movimento de emancipação política. Como esta Avenida interliga as duas áreas, alguns moradores acham que é para aproximar a Pajuçara ao Bandeirante e tornar mais forte o processo de emancipação.

Com relação a esta questão, muitos moradores não são a favor que a Pajuçara se emancipe de Maracanaú, uma vez que eles irão perder um vínculo muito forte com sua “cidade mãe”. Mesmo estando mais próximo de Pajuçara, para alguns moradores e “lideranças”, a emancipação de Pajuçara:

é uma maneira de continuar prejudicando nosso bairro, porque nós num temos condições de andarmos com nossas pernas não, o Governado só

assina um negócio desse se ele for burro; é mais uma família pra ele sustentar; aí fica esse povo tudo querendo ser vereador prefeito por aqui (Dona Ana).

Entrevistado sobre esta questão, Antenor nos assegura que “não existe nenhuma divisão aqui no Bairro, eu num faço diferença entre Jardim Bandeirante, Favela e Loteamento Menino Jesus, aqui tudo é Jardim Bandeirante. Quando eu busco trazer benefícios para este bairro, eu busco pra todas as áreas”.

As falas de nossos interlocutores entrevistados se mostraram ambivalentes, uma vez que as respostas oscilaram entre uma forma ambivalente entre uma boa amizade e um desejo de se tornar hegemônico no Bairro. Em um momento, quando perguntamos uma interlocutora se ela participa dos eventos de outras áreas, ela nos respondeu da seguinte maneira:

Eu fui uma das incentivadoras para a fundação da Associação do Menino Jesus, lá tem uma associação, nós trabalhamos juntos, juntas eu digo entre aspas, por quê? Quando vai ter esse trabalho de limpeza de rua nós trabalhamos juntas, e nós trabalhamos juntas, nós juntamos o nosso grupo, eles junta os dele lá, nós formamos um grupo só; nós damos muito bem com a presidenta da associação, e hoje a Associação existe graças ao meu incentivo [...] o que a gente busca não é só para a Associação do Jardim Bandeirante (Conceição).

A presidente da Associação de Moradores do Bairro Menino Jesus, queixou-se, em uma de suas falas que

é tem sempre um preconceito, acho que sempre vai existir isto, da mesma maneira que quando era jardim Bandeirante e Pajuçara, o povo da Pajuçara tinha preconceito com o pessoal do Jardim Bandeirante, aqui também é a mesma coisa, agora o pessoal do Jardim Bandeirante tem preconceito com o pessoal do Menino Jesus de Praga, eu mesmo não entendo o porquê, a gente vê coisa assim, tipo assim, ah, quando chega, ah é do “sem-terra”, a ter em questão de benefício, a maioria dos benefícios vem e não chega no Menino Jesus pára no Bandeirante e lá mesmo é distribuído e quando a gente fica sabendo, sabe, já passou, quando existe também algum evento, algum coisa, a gente fica sabendo que acabamo não participando, não fomos comunicado que ia haver um evento, uma distribuição de seja lá o que for, aí a gente não fica sabendo, aí as pessoas não participa por isso (Dona Ana).

Por outro lado, Sousa (2004, p.63) demonstra que:

As concepções tradicionais de comunidade, levando em conta uma realidade hoje não-existente, criam a miragem de um lugar irreal, onde todos se entendiam, se completavam e auxiliavam mutuamente e sentiam-se felizes

uns com os outros. 'Reconstruir a pequena comunidade' é tentar retomar estas antigas qualidades de vida social.

A atuação desses indivíduos comunitários “não se dá num vazio, mas num mundo social já simbolizado, um mundo em movimento, carregado de significações coletivamente estabelecidas” (Penna, 1992, p.59).

Nessa perspectiva,

Reconhecemos a importância da ação local como essencial às estratégias de desenvolvimento de um país, porém, ainda é necessário aperfeiçoá-la na perspectiva de uma compreensão mais subjetiva da realidade local, isto é, ver que as localidades são realidade profundamente humanas e simbólicas, sendo por isso um erro pensá-las somente em termos sociológicos e econômicos. A realidade local possui história e cultura próprias, identidade social e de lugar, sendo formada por uma rede de relações peculiares, inclusive, afetivas. Neste lugar existe uma concepção particular de realidade por um outro tipo de saber externo (GÓIS, 2005, p.73).

Para BORGES, 2003, p.48):

O processo de desenvolvimento local ou regional busca a constante melhoria da qualidade de vidas das pessoas ali residentes, maior participação nas estruturas de poder, uma ação política com maior autonomia e independência, contribuindo, dessa forma, para o exercício da democracia, melhoria da auto-estima da população, que satisfaz, dentre outras coisas, seu desejo de participação, uma maior consciência de seus problemas e a utilização do meio-ambiente.

Quando os moradores do Bairro se sentem excluídos do processo de decisão no bairro, sua auto-estima fica diminuída, ele não sente que pode ter autonomia de resolver os problemas locais e fica dependente da vontade de seus líderes de irem buscar por eles melhores condições de vida no espaço comunitário. O papel do presidente da Associação é o de mediar a construção dos espaços de diálogos entre os grupos locais, sem tentar resolver com as próprias forças os problemas do bairro; o papel do presidente também não é o de anular os conflitos grupais, acreditando que com esta ação irá inibir os problemas e colaborar para o desenvolvimento comunitário.

Sob esta ótica, Borges (idem, p.48) defende que

o desempenho do líder comunitário é de fundamental importância, à medida em ele define, com a comunidade, um eixo de desenvolvimentos com base nesses ativos, visando a direcionar todos os esforços da comunidade em direção àquele eixo.

O trabalho comunitário exige de seus membros um diálogo constante entre todas as áreas do bairro, respeitando as experiências de cada grupo, isto é, respeitando as diferenças intracomunitárias e estimulando as responsabilidades de todos. Respeitar as diferenças não significa anular as energias e as potencialidades particulares, mas significa ampliar o diálogo entre as áreas do bairro. De fato, os conflitos decorrentes desse processo interacional são inevitáveis, uma vez que as relações intracomunitárias são assentadas sobre os moldes da diferença e das lutas de poder.

De acordo com a diretoria da Associação de moradores, a Associação possui “um ambiente aberto pra quem quiser participar com a gente”, no entanto, os moradores das áreas duas áreas se intimidam em participar e de se integrarem devidos a vários fatores. Com relação aos moradores da parte de “baixo” (a favela), eles têm medo de ser rejeitados na parte de cima; já os moradores do menino Bairro Menino Jesus, quando perguntados sobre como é o relacionamento com os grupos políticos do Jardim Bandeirante, afirmaram

a gente tem o sentimento de que o Jardim Bandeirante é outro bairro, é uma outra coisa é outra jurisdição, inclusive quando vem benefícios vem bem especificado, estes são pro menino Jesus e estes são pro Jardim Bandeirante, inclusive estes banheiros comunitário, vieram trinta e nove pro menino Jesus de praga e cinco pro jardim bandeirante, então já é feita esta divisão lá acho que já é de muito tempo (Dona Ana).

Como vimos, os moradores se sentem discriminados pelos moradores da área do bairro melhor estruturada. O reconhecimento de ser inferior com relação aos grupos melhor estabelecidos implica diretamente no modo de interação e conseqüentemente no tipo de atuação política do bairro. Estes moradores podem se retrair ou se comportarem de maneira ativa nos grupos políticos, dependendo de como eles lidam com o conflito. Portanto, não podemos deduzir que esse movimento seja um movimento pré-estabelecido, posto que alguns os moradores se comportam de maneira ambivalente, migrando de um lado para o outro do bairro.

[...] olha, os moradores do Menino Jesus preferem vir para o lado de cá pra participar, por exemplo, agora mesmo eu tô enviando pessoas para enviar pessoas lá pro CRAS pra fazer o cadastro, aí eu peço, a Ana, a presidenta de lá é a Ana, Ana tá começando os trabalhos lá, aí eles vêm tudo prá cá. (Dona Conceição). É porque na outra vez que nós fizemos um trabalho junto, ouve algumas coisas lá, não foi aqui; os que vinha de lá e não trabalhou com a gente num queriam ficar lá, e a presidenta lá achava ruim porque dizia que a gente tava buscando as pessoas na sua Associação (Dona Conceição).

Essas lutas a respeito de estigmas ou emblemas ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como por exemplo um marca característica de ser violento:

São um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2007, p.113).

Bourdieu (idem) demonstra que o ato de delimitar uma região, por exemplo, é um ato de autoridade que tem força de conhecimento e não deixa de ser um poder simbólico, uma vez que está firmado no reconhecimento, no caso aqui, dos próprios moradores.

O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbítrio, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, 'naturais' (BOURDIEU, idem, p.114).

Dona Magda, quando perguntada como foi que começou esta divisão no bairro, ele nos respondeu:

Quem fez tudo isso foi Jorge e Antenor, foram eles que dividiram o bairro dessa forma, na parte de baixo e a parte de cima, e você sabe qual é a rua que divide as duas áreas, é essa rua aí, ó, a Rua São Paulo, foi Jorge, irmão do ex-prefeito de Maracanaú, que disse, Antenor, esta área aqui é minha, eu tomo conta dela e você toma conta da parte lá de cima. Por conta disso, só quem tem perdido é o bairro, o Jorge foi embora, ficamos abandonado e o Antenor ficou tomando de conta lá de cima.

Ainda segundo Bourdieu (idem), muitas divisões são produtos de atitudes impostas e arbitrárias, isto é, resultado de “um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta” (BOURDIEU, idem, p. 115).

As divisões no Bairro Jardim Bandeirante surgem das relações de forças entre as “lideranças” que resolveram “colonizar” o bairro e atrair para si votos e alimentar uma política de troca de favores e os moradores que compartilham os

espaços por meio de interações comunitárias para resolverem seus conflitos ou não. Os moradores do Bairro Jardim Bandeirante demonstraram sentimentos ambivalentes com relação às percepções espaciais do bairro. Para algumas pessoas entrevistadas não existem nenhuma divisão, isto é, não existem diferenças no Bairro, “eu considero aqui no bairro, tudo é Jardim Bandeirante, os moradores do Sem-terra são gente também”; por outro lado, este mesmo morador respondendo sobre a questão da violência no bairro responde, “isto é coisa só de algumas pessoas lá de baixo, dos sem-terra”. Se por um lado, este morador percebe que deve reconhecer as diferenças intracomunitárias e respeitá-las por outro, as condições materiais de segurança, desperta nele um sentimento de desconfiança e repúdio.

Com relação a este ponto, Bourdieu (2007, p.138), demonstra que:

A percepção do mundo social é o produto de uma dupla estruturação social: do lado “objetivo”, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual (e tal como há mais probabilidades de que sejam os animais com penas a terem asas do que a tê-las os animais com pêlo, também há mais probabilidades de que os visitantes de museus sejam os que possuem um forte capital cultural do que os que dele estão desprovidos); do lado ‘subjetivo’, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado, e, sobretudo os que estão sedimentados na linguagem, são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de forças simbólicas. [...].

As formas de construção, reconstrução, percepção e representação social dos espaços comunitários pressupõem comportamentos de aceitação ou sentimentos de manutenção de uma percepção estruturada e estruturante dos grupos locais. Quando um grupo de moradores de uma determinada área possui uma hegemonia sobre os outros, caracteriza uma luta política, simbólica e classificatória entre esses moradores, e um dos grupos aceitou aquela condição de inferior, de separado do grupo mais desenvolvido, uma vez que ele está inserido naquela área, interagindo com os demais e buscar legitimar a condição ou reproduzir.

As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivos do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido



daquilo que se pode ou se não pode 'permitir-se a si mesmo' implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites ('isso não é para nós') ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar [...] (BOURDIEU, 2007, p.141).

Neste caso, quando há esse tipo de interação no qual alguns sujeitos aceitam essa condição, eles desenvolvem estratégias simbólicas que possibilitem condição de se lidar com esses conflitos intragrupais. Por outro lado, Goffman (1988), diz que muitos indivíduos e grupos nesse processo de interação entre estigmatizados e não estigmatizados podem ser que um não aceite aquela condição de inferior, inculto, violento, feio entre outros atributos que se constroem no processo de nomeação e classificação dos grupos.

De acordo com GOFFMAN (idem, p.27),

Em vez de se retrair, o indivíduo estigmatizado pode tentar aproximar-se de contatos mistos com agressividade, mas isso pode provocar nos outros uma série de respostas desagradáveis. Pode-se acrescentar que a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de uma para a outra, tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interação *face-to-face* pode tornar-se muito violenta.

Nesse processo de interação que como demonstramos, não é necessariamente um encontro face-a-face, muitos moradores no bairro Jardim Bandeirante reproduzem nomeações e classificações acerca de seus pares de relacionamento direto. A interação social é, na realidade, um jogo de lutas simbólicas pelo espaço social. O resultado dessas lutas vai reproduzindo e reconfigurando novas áreas, não só com caráter residencial, mas de dominação e lutas pela hegemonia de uma delas sobre as outras.

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquirirem nas lutas anteriores e, sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxionomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *ideos logos* pelo qual um simples particular tentar impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectiva, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima* (BOURDIEU, 2007, p. 146).

Estas nomeações e divisões do Bairro, produzidas política e simbolicamente por meio de jogos e disputas de reconhecimento e de campos hegemônicos, provocaram também um redirecionamento do mapeamento oficial da Prefeitura, uma vez que os moradores exigem a reconstrução do mapa do Bairro, configurando as divisões do bairro, subdivididas politicamente e legitimadas pelos moradores.

Nessa perspectiva, a análise da interdependência entre as figurações espaciais do Bairro é essencial para compreendermos não apenas o modo de ocupação e os conflitos do bairro, mas também para compreendermos melhor a cultura política local, posto que, como demonstramos, existem no Bairro campos latentes de disputas de poder hegemônico na Comunidade que se renovam diuturnamente dando vida sentido a novos modos de pensar e agir na Comunidade.

## **O QUE APRENDEMOS NESSA CAMINHADA: TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todo o trajeto desta pesquisa foi de uma maneira ou de outra, marcado pela nossa experiência como morador do bairro que estávamos investigando. Iniciamos o trabalho estimulado pelo desejo de compreender melhor a realidade do bairro que é ao mesmo tempo nosso objeto de pesquisa, mas o espaço social onde habitamos há mais de dez anos.

A pesquisa, de fato, possibilitou-nos conhecer e compreender nuances que não conhecíamos, mesmo habitando aquele espaço social há quase uma década. Existia uma inquietude inicial pelo fato de o Bairro onde moramos, era tão estigmatizado pelos moradores de outros bairros. Além disso, por que o bairro onde de pessoas tão deficitária de recursos materiais, seus habitantes não participam ativamente na resolução de seus problemas? E se resolvem conjuntamente, como se dá o processo de interação entre esses grupos comunitários? A incongruência entre o meu 'discurso' e a minha prática perturbava-me fortemente. Acreditávamos que esse movimento era um movimento com uma só direção, de fora para dentro, isto é, não reconhecíamos que os próprios moradores do Bairro (aí nos incluímos nele) são produto e produtores de subjetividades e de história também. Eles não são inertes e passivos nesse processo. As figurações no Bairro Jardim Bandeirante são o produto da construção simbólica dos próprios moradores que reproduzem cotidianamente suas visões de mundo e de outrem nos espaços comunitários, dando sentido e novos significados à realidade local.

A realização deste trabalho serviu não apenas para aperfeiçoar a compreensão dos espaços comunitários, mas também significou para nós o aprofundamento da realidade local, saindo do campo da aparência e penetrando na interação social dos grupos. As discussões teóricas aqui colocadas apontam o conflito e a ambigüidade como marca dessas interações comunitárias. O bairro é, de fato, um espaço social heterogêneo, produto dos conflitos que decorrem dos jogos interacionais; analisá-lo significou penetrar na própria cultura política do bairro. O bairro não é (o) espaço, uma vez que é configurado por redes interacionais e de disputas de poder.

Nossa pesquisa tornou-se desafiante, pois sempre que entrevistávamos os moradores e fazíamos observações diretas nos momentos de interação social dos grupos e indivíduos, deparávamo-nos com fenômenos que demonstravam a complexidade do espaço intracomunitário. A análise dos dados mostrou a rica trama de relações existentes no Jardim Bandeirante, apesar de se apresentar como um microcosmo social.

Nesse estudo, levamos em consideração o “lugar” dos sujeitos que produziram os relatos por meio do significado grupal e individual que cada morador ou grupo deu aos conflitos e figurações no Bairro. A análise realizada nos foi muito pela condição de sermos, concomitantemente, morador e pesquisador do bairro, e não conhecíamos a história política do bairro, pormenorizadamente.

Nas declarações da maioria dos interlocutores, foi possível constatar que existe compreensão sobre os tipos de atividades políticas que configuram o bairro, bem como os principais problemas que prejudicam os moradores e o desenvolvimento local da comunidade.

Embora alguns moradores tenham revelado que acharia melhor que houvesse uma aproximação entre as áreas, eles não demonstraram nenhuma ação concreta que buscasse esse fim. As ações dos grupos são práticas políticas muito isoladas e muito centradas na resolução de problemas imediatos como, por exemplo, saneamento básico e calçamento das ruas; sem, no entanto, uma preocupação de fazer uma mudança que signifique mudanças na cultura política do bairro, que conforme analisamos acima, ainda se caracterizam pelo clientelismo e por atitudes anéticas.

Inicialmente, inferíamos que as pessoas do Bairro não participavam politicamente porque os moradores não se identificavam com o bairro, pois não haviam feito parte de seu processo de ocupação. No entanto, a pesquisa mostrou que, na verdade, estes moradores não participam ativamente nas associações porque às vezes a forma que estas associações usam são muito fechada e se utilizam de dispositivos que atendem aos próprios interesses.

As configurações comunitárias e os arranjos grupais que analisamos acima não representam a totalidade do tecido social e a riqueza da cultura política do Bairro, isto é, não foi possível escanear a multiplicidade de sentidos e práticas que o Bairro atualmente desenvolve. No entanto, este trabalho possibilitou demonstrar que pensar o bairro a partir de um olhar homogeneizante, renegando as diferenças intracomunitárias e o poder de criação de seus grupos, é pelo menos uma maneira equivocada de compreender a realidade social que constantemente é recriada e significativamente dotada de sentido para os moradores do Bairro.

Enfim, acreditamos que com essa pesquisa, indubitavelmente, foram feitas descobertas, colaboramos para a compreensão dos conflitos grupais e da cultura política do Bairro Jardim Bandeirante, assim como foram lançados novos questionamentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.).** **Cultura e política nos movimentos sociais na América Latina.** Belo Horizonte, UFMG, 2000.

**ANADON, M.; MACHADO, P.B.** **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais.** Salvador: UNEB, 2001.

**BARBALHO, A.** **Textos Nômades política, cultura e mídia.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

**BARROS, R. P. de; MACHADO, A. F. e MENDONÇA, R. S. P. de.** **A desigualdade da pobreza estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero.** Texto para Discussão, 453. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

**BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas.** **A construção social da realidade.** 6. Ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

**BOBBIO, Norberto.** **O futuro da democracia.** 9ª Edição. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

**BORGES, F.C. de M.** **A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local.** In: **LUZÓN, J. L.; STADEL, C.; BORGES, C.** Transformaciones regionales y urbanas em Europa y América Latina. Barcelona, Publicacions de La Universitat de Barcelona, 2003.

**BOURDIEU, P.** **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 10ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

**BRASIL.** **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

**CAMINO, L.** **Uma abordagem psicossocial no estudo do comportamento político.** *Psicologia e Sociedade*; 8 (1): 16-42; jan/jun, 1996. Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO.

**CERTEAU, M. de.** **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **A cultura do plural.** Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Travessia do 1991.

**CORDEIRO, M.C.M.** **Reforma democrática do Estado: poucas teses e muitos desafios.** In: Reforma do Estado e outros estudos. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

**COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. Rev. bras. Ci. Soc.,** São Paulo, v. 12, n. 35, Oct. 1997. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 de Abril de 2009. Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

**DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** In: **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Daniel Mato e Illia Garcia (Orgs.), Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004. Available from <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1983/1732>> Acesso em 21 de abril. 2009.

**ELIAS, N. & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

**ELIAS, N. O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes.** Vol.I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

**FILHO, A. E. ; GUZZO, R. S. L. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência.** Revista Psicologia e Sociedade; 21 (1): 35-44, 2009.

**FREIRE, P. Educação como prática da liberdade.** 20 ed. São Paulo: Paz e Terra,

**GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1988.

**GOIS, C.W.L. Psicologia comunitária: atividade e consciência.** Fortaleza, Publicações Instituto Paulo Freire, 2005.

**GUARESCHI, P.A. Relações comunitárias: relações de dominação.** In: **CAMPOS, R.H.F. (Org.) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1996.

**HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-Modernidade /** Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 2ª edição- Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

**HENRIQUES, R.; BARROS, A. R. Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

**JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão.** In: **SAWAIA, B.B.. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

**LANE, S.T.M. Avanços da psicologia social na América Latina.** In: **LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs.). Psicologia social: o homem em movimento.** 14 ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.

**LIMA, M. S. A Cidade e a Criança.** São Paulo. Ed. Nobel, 1989.

**OLIVEIRA, F. M. de. Cidadania e Cultura política no poder local.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

**OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo.** 2ª Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

**PENNA, M. O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo”** Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

**SANTOS, J.B.F.; ARAGÃO, E.F.; DRUMOND, N.M.G. O bairro: território da gestão cidadã?** In: **ABU-EL-HAJ, J.; AQUINO, J.A. (Orgs.); MOTA, F.A. et alii. Estado, cidadania e políticas públicas.** Fortaleza: Editora UFC, 2002.

**SARTI, C.A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** São Paulo: Autores Associados, 1996.

**SAWAIA, B.B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto à humanidade.** In: **Psicologia comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis: Vozes, 1996. Século).

**SILVA JR, R. da. As múltiplas faces das famílias pobres em situação de risco do Bairro Jardim Bandeirante.** 2002. 70f. Trabalho de Conclusão de

**SILVA, E.B. da. Espetáculo da participação e participação como espetáculo: um olhar sobre o Orçamento Participativo, Recife – Brasil.** In: **SANTOS JR, O. A., et All. (orgs). Cidade, cultura e democracia participativa: metodologias e experiências de educação política.** Rio de Janeiro: FASE, 2005.

**SIMMEL, G. Sociologia /** organizador Evaristo de Moraes Filho: tradução de Carlos Alberto Pavanelli...et. al.- São Paulo: Ática, 1983.

**SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

**WEBER, M. Economia e sociedade.** Brasília, Ed. UnB, 1991.

\_\_\_\_\_. **Conceitos Sociológicos Fundamentais.** In: *Metodologia das Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez, 1992.

**ZALUAR, A. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1994.



## APÊNDICE

### A – Instrumento de pesquisa (roteiros de entrevistas)

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA – pré-teste (estudo exploratório)

1. Você acha que existe uma separação territorial dentro do bairro?
2. Você se sente morador de qual área do bairro?
3. Como você ver os moradores dos “sem-terra”?
4. Como você ver os moradores da “favela”?
5. Como você ver os moradores do bairro Jardim Bandeirante com relação à participação política?
6. Quais são as implicações dessas separações territoriais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas do bairro?

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA DE CAMPO

**ENTREVISTADOR:** Por que a comunidade não participa da associação?

**ENTREVISTADOR:** Por que a comunidade não tem um representante, ou vários representantes?

**ENTREVISTADOR:** Como é que se dá o relacionamento entre os membros da associação?

**ENTREVISTADOR:** Quais são outras atividades...

**ENTREVISTADOR:** e participa pessoas de todas as áreas do Jardim Bandeirante?

**ENTREVISTADOR:** Você acha que existe alguma forma de discriminação com relação às pessoas que são do loteamento Menino Jesus de Praga?

**ENTREVISTADOR:** Quais são os conflitos que você poderia citar concretamente?